

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	8
DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	18
DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	30

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	127
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	556.405.096
Preferenciais	0
Total	556.405.096
Em Tesouraria	
Ordinárias	11.895.356
Preferenciais	0
Total	11.895.356

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/02/2015	Dividendo	13/03/2015	Ordinária		0,71000
Reunião do Conselho de Administração	05/08/2015	Dividendo	21/08/2015	Ordinária		0,80000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	8.921.353	8.882.925
1.01	Ativo Circulante	207.511	681.957
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	62.725	119.227
1.01.02	Aplicações Financeiras	10.261	67.864
1.01.03	Contas a Receber	92.506	464.114
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	92.506	464.114
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	90.059	448.233
1.01.03.02.02	Demais Contas a Receber	2.447	15.881
1.01.06	Tributos a Recuperar	41.896	30.713
1.01.07	Despesas Antecipadas	123	39
1.02	Ativo Não Circulante	8.713.842	8.200.968
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	774.074	831.205
1.02.01.06	Tributos Diferidos	15.742	1.479
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.742	1.479
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	750.000	806.456
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	8.332	23.270
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	8.184	23.122
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	148	148
1.02.02	Investimentos	7.693.605	7.123.600
1.02.02.01	Participações Societárias	7.693.605	7.123.600
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.653.683	7.099.524
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	39.922	24.076
1.02.04	Intangível	246.163	246.163

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	8.921.353	8.882.925
2.01	Passivo Circulante	33.658	1.088.653
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	194	158
2.01.02	Fornecedores	43	536
2.01.03	Obrigações Fiscais	825	110
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.257	874.312
2.01.04.02	Debêntures	4.257	874.312
2.01.05	Outras Obrigações	28.339	213.537
2.01.05.02	Outros	28.339	213.537
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	16.213	213.301
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	12.126	236
2.02	Passivo Não Circulante	938.474	96.273
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	799.475	0
2.02.01.02	Debêntures	799.475	0
2.02.02	Outras Obrigações	1.381	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.381	0
2.02.04	Provisões	137.618	96.273
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.216	4.201
2.02.04.02	Outras Provisões	133.402	92.072
2.02.04.02.04	Bônus de Subscrição - Indenização	133.402	92.072
2.03	Patrimônio Líquido	7.949.221	7.697.999
2.03.01	Capital Social Realizado	3.838.686	3.838.686
2.03.02	Reservas de Capital	546.607	547.462
2.03.03	Reservas de Reavaliação	5.653	5.848
2.03.04	Reservas de Lucros	2.774.824	3.255.662
2.03.04.01	Reserva Legal	397.177	397.177
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.439.461	1.439.461
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.333.066	1.333.066
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	188.976
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-394.880	-103.018
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	572.559	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	45.177	7.149
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	165.715	43.192

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	285.879	1.013.023	317.644	847.241
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2	-11	-2.470	-29.582
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	29.784	2.420	10.173
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	285.881	983.250	317.694	866.650
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	285.879	1.013.023	317.644	847.241
3.06	Resultado Financeiro	15.280	9.885	12.752	28.255
3.06.01	Receitas Financeiras	51.698	135.677	35.580	95.481
3.06.02	Despesas Financeiras	-36.418	-125.792	-22.828	-67.226
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	301.159	1.022.908	330.396	875.496
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.275	-13.592	-4.215	-3.327
3.08.01	Corrente	-6.626	-27.856	-2.476	-2.476
3.08.02	Diferido	1.351	14.264	-1.739	-851
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	295.884	1.009.316	326.181	872.169
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	295.884	1.009.316	326.181	872.169
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,545	1,8536	0,5971	1,5996
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,5406	1,8388	0,5922	1,5874

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	295.884	1.009.316	326.181	872.169
4.02	Outros Resultados Abrangentes	95.673	160.551	-32.180	-18.341
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	24.806	38.028	27	10
4.02.02	Ajustes Acumulados de Conversão	70.867	122.523	-32.207	-18.351
4.03	Resultado Abrangente do Período	391.557	1.169.867	294.001	853.828

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.098.196	1.129.416
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.068.928	1.144.218
6.01.01.01	Lucro líquido do período	1.009.316	872.169
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-983.250	-866.650
6.01.01.03	Juros, variações monetárias e cambiais	125.266	69.514
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-14.264	851
6.01.01.05	Dividendos recebidos	931.860	1.068.334
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	29.268	-14.802
6.01.02.01	Impostos a recuperar (AC)	-11.183	3.707
6.01.02.02	Demais contas a receber (AC)	13.434	55
6.01.02.03	Despesa Antecipada (AC)	-84	1.845
6.01.02.04	Fornecedores (PC)	-493	-1.124
6.01.02.05	Salários e encargos sociais (PC)	36	17
6.01.02.06	Obrigações tributárias (PC)	715	-18
6.01.02.08	Demais contas a pagar (PC)	11.890	-28
6.01.02.09	Impostos a recuperar (ANC)	14.938	-18.710
6.01.02.12	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PNC)	15	13
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-559
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	57.603	-304.806
6.02.01	Aplicações financeiras, líquidas de resgates	57.603	-68.706
6.02.03	Aporte de Capital em Controladas	0	-236.100
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.212.301	-818.845
6.03.01	Financiamentos e debêntures - captação	799.042	0
6.03.02	Financiamentos e debêntures - amortização	-800.000	0
6.03.03	Financiamentos e debêntures - juros pagos	-153.557	-75.489
6.03.04	Dividendos pagos	-822.906	-775.943
6.03.05	Venda de ações em tesouraria	0	12.653
6.03.06	Custos na emissão de ações	0	-2.260
6.03.08	Sociedades relacionadas	57.837	22.194
6.03.09	Aquisição de ações para manutenção em tesouraria	-292.717	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-56.502	5.765
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	119.227	110.278
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	62.725	116.043

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	639.268	3.169.704	0	50.341	7.697.999
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	639.268	3.169.704	0	50.341	7.697.999
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-481.693	0	-436.842	0	-918.535
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-292.717	0	0	0	-292.717
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-436.842	0	-436.842
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-188.976	0	0	0	-188.976
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.009.316	160.551	1.169.867
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.009.316	0	1.009.316
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	160.551	160.551
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	38.028	38.028
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	122.523	122.523
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-195	0	85	0	-110
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-195	0	195	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-110	0	-110
5.07	Saldos Finais	3.838.686	157.380	3.169.704	572.559	210.892	7.949.221

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	73.052	2.706.632	0	43.504	6.519.961
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	73.052	2.706.632	0	43.504	6.519.961
5.04	Transações de Capital com os Sócios	141.913	347.621	0	-389.554	0	99.980
5.04.01	Aumentos de Capital	141.913	0	0	0	0	141.913
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-2.260	0	0	0	-2.260
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	12.653	0	0	0	12.653
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-389.554	0	-389.554
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-161.584	0	0	0	-161.584
5.04.09	Ágio com Subscrição de Ações	0	498.812	0	0	0	498.812
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	872.169	-18.341	853.828
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	872.169	0	872.169
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-18.341	-18.341
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	10	10
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-18.351	-18.351
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-194	0	163	0	-31
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-194	0	194	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-31	0	-31
5.07	Saldos Finais	3.838.686	420.479	2.706.632	482.778	25.163	7.473.738

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	29.784	0
7.01.02	Outras Receitas	29.784	0
7.01.02.01	Resultado na venda de bens e outras receitas	29.784	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	4.457	-15.619
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.710	-25.799
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	18.167	10.180
7.03	Valor Adicionado Bruto	34.241	-15.619
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	34.241	-15.619
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.118.930	962.131
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	983.250	866.650
7.06.02	Receitas Financeiras	135.677	95.481
7.06.03	Outros	3	0
7.06.03.01	Dividendos de Investimentos a Custo	3	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.153.171	946.512
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.153.171	946.512
7.08.01	Pessoal	3.768	3.180
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.817	1.319
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	126.270	69.844
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.009.316	872.169
7.08.04.02	Dividendos	436.842	389.554
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	572.474	482.615

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	20.860.063	19.480.382
1.01	Ativo Circulante	10.168.283	9.502.357
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.217.921	2.827.369
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.464.313	1.441.813
1.01.03	Contas a Receber	3.156.551	2.647.443
1.01.03.01	Clientes	3.086.085	2.604.101
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	70.466	43.342
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	70.466	43.342
1.01.04	Estoques	2.495.131	1.925.002
1.01.06	Tributos a Recuperar	759.084	593.462
1.01.07	Despesas Antecipadas	75.283	67.268
1.02	Ativo Não Circulante	10.691.780	9.978.025
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.028.132	1.657.476
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	389.569	120.322
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	10.618	10.618
1.02.01.03	Contas a Receber	150.854	149.638
1.02.01.03.01	Clientes	142.303	143.806
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.551	5.832
1.02.01.06	Tributos Diferidos	556.736	462.573
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	556.736	462.573
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	132.454	131.228
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	490	10.858
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	0	10.368
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	490	490
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	787.411	772.239
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	49.661	75.404
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	737.750	696.835
1.02.02	Investimentos	107.876	70.465
1.02.02.01	Participações Societárias	107.876	70.465
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	105.062	67.651
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2.814	2.814
1.02.03	Imobilizado	5.314.045	5.091.971
1.02.04	Intangível	3.241.727	3.158.113

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	20.860.063	19.480.382
2.01	Passivo Circulante	3.946.798	5.692.082
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	388.719	294.579
2.01.02	Fornecedores	948.421	1.279.502
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	854.592	1.196.876
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	93.829	82.626
2.01.03	Obrigações Fiscais	252.364	273.234
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.169.446	3.442.364
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.098.397	2.554.730
2.01.04.02	Debêntures	68.670	884.900
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	2.379	2.734
2.01.05	Outras Obrigações	118.244	322.217
2.01.05.02	Outros	118.244	322.217
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	19.199	218.375
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	75.726	80.392
2.01.05.02.05	Receita Diferida	23.319	23.450
2.01.06	Provisões	69.604	80.186
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	55.501	64.169
2.01.06.02	Outras Provisões	14.103	16.017
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	5.140	4.598
2.01.06.02.04	Benefícios Pós-Emprego	8.963	11.419
2.02	Passivo Não Circulante	8.935.079	6.061.705
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.571.602	4.932.848
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.328.860	3.489.586
2.02.01.02	Debêntures	2.198.676	1.398.952
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	44.066	44.310
2.02.02	Outras Obrigações	89.253	86.090
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.372	4.372
2.02.02.02	Outros	84.881	81.718
2.02.02.02.03	Demais Contas a Pagar	76.038	74.009
2.02.02.02.04	Receita Diferida	8.843	7.709
2.02.03	Tributos Diferidos	291.079	152.847
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	291.079	152.847
2.02.04	Provisões	983.145	889.920
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	660.687	623.272
2.02.04.02	Outras Provisões	322.458	266.648
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	68.246	66.204
2.02.04.02.04	Benefício Pós-Emprego	120.810	108.372
2.02.04.02.05	Bônus de Subscrição - Indenização	133.402	92.072
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	7.978.186	7.726.595
2.03.01	Capital Social Realizado	3.838.686	3.838.686
2.03.02	Reservas de Capital	546.607	547.462
2.03.03	Reservas de Reavaliação	5.653	5.848
2.03.04	Reservas de Lucros	2.774.824	3.255.662
2.03.04.01	Reserva Legal	397.177	397.177

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.439.461	1.439.461
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.333.066	1.333.066
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	188.976
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-394.880	-103.018
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	572.559	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	45.177	7.149
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	165.715	43.192
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	28.965	28.596

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	19.160.848	55.075.167	17.299.930	49.914.027
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-17.510.348	-50.299.900	-15.929.882	-45.972.139
3.03	Resultado Bruto	1.650.500	4.775.267	1.370.048	3.941.888
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-960.287	-2.730.284	-801.370	-2.351.028
3.04.01	Despesas com Vendas	-636.721	-1.834.548	-556.706	-1.584.329
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-337.814	-935.399	-268.861	-833.521
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	15.408	15.664	20.880	62.448
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	4.600	29.231	8.502	15.194
3.04.05.01	Resultado na Venda de Bens	4.600	29.231	8.502	15.194
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.760	-5.232	-5.185	-10.820
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	690.213	2.044.983	568.678	1.590.860
3.06	Resultado Financeiro	-233.135	-541.545	-107.400	-320.743
3.06.01	Receitas Financeiras	106.307	309.467	92.742	263.996
3.06.02	Despesas Financeiras	-339.442	-851.012	-200.142	-584.739
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	457.078	1.503.438	461.278	1.270.117
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-158.537	-487.214	-132.500	-390.654
3.08.01	Corrente	-88.674	-436.145	-115.838	-389.491
3.08.02	Diferido	-69.863	-51.069	-16.662	-1.163
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	298.541	1.016.224	328.778	879.463
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	298.541	1.016.224	328.778	879.463
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	295.884	1.009.316	326.181	872.169
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.657	6.908	2.597	7.294
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,545	1,8536	0,5971	1,5996
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,5406	1,8388	0,5922	1,5874

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	298.541	1.016.224	328.778	879.463
4.02	Outros Resultados Abrangentes	95.673	160.551	-32.180	-18.341
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	24.806	38.028	27	10
4.02.02	Ajustes Acumulados de Conversão	70.867	122.523	-32.207	-18.351
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	394.214	1.176.775	296.598	861.122
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	391.557	1.169.867	294.001	853.828
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.657	6.908	2.597	7.294

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2015 à 30/09/2015	Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.571.772	1.472.168
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.064.411	2.194.654
6.01.01.01	Lucro líquido do período	1.016.224	879.463
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	5.232	10.820
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	731.447	651.466
6.01.01.04	Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	9.167	9.436
6.01.01.05	Despesas com retirada de tanques	-3.429	-3.080
6.01.01.06	Juros, variações monetárias e cambiais	1.274.412	655.589
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	51.069	1.163
6.01.01.08	Resultado na venda de bens	-29.231	-15.194
6.01.01.09	Outros	3.393	2.952
6.01.01.12	Dividendos recebidos	6.127	2.039
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.157.146	-302.694
6.01.02.01	Contas a receber de clientes (AC)	-481.984	-150.860
6.01.02.02	Estoques (AC)	-568.129	-194.502
6.01.02.03	Impostos a recuperar (AC)	-165.622	-72.590
6.01.02.04	Demais contas a receber (AC)	-27.124	-30.031
6.01.02.05	Despesas antecipadas (AC)	-8.015	11.628
6.01.02.06	Fornecedores (PC)	-331.081	-110.571
6.01.02.07	Salários e encargos sociais (PC)	94.140	-26.538
6.01.02.08	Obrigações tributárias (PC)	46.107	21.967
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social (PC)	301.455	303.445
6.01.02.10	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PC)	-8.668	964
6.01.02.11	Receita diferida (PC)	-131	-2.586
6.01.02.13	Demais contas a pagar (PC)	-8.094	-53.020
6.01.03	Outros	-335.493	-419.792
6.01.03.01	Contas a receber (ANC)	1.503	-13.209
6.01.03.02	Impostos a recuperar (ANC)	25.743	-43.830
6.01.03.03	Depósitos judiciais (ANC)	-40.915	-67.760
6.01.03.04	Demais contas a receber (ANC)	-2.719	-1.509
6.01.03.05	Despesas antecipadas (ANC)	-1.226	8.009
6.01.03.06	Benefícios pós-emprego (PNC)	9.975	11.455
6.01.03.07	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PNC)	37.415	13.334
6.01.03.08	Demais contas a pagar (PNC)	2.029	-5.451
6.01.03.09	Receita diferida (PNC)	1.134	-312
6.01.03.10	Imposto de renda e contribuição social pagos	-368.432	-320.519
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-892.323	-830.011
6.02.01	Aplicações financeiras, líquidas de resgates	-20.065	-72.674
6.02.03	Caixa e equivalentes de caixa de controladas adquiridas	0	9.123
6.02.04	Aquisição de imobilizado	-486.267	-466.912
6.02.05	Aquisição de intangível	-422.555	-338.891
6.02.06	Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto	-31.000	-19.000
6.02.07	Receita com a venda de bens	67.564	58.343
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.328.567	-408.884

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.03.01	Financiamentos e debêntures - captação	2.121.856	1.591.867
6.03.02	Financiamentos e debêntures - amortização	-1.640.089	-700.231
6.03.03	Financiamentos e debêntures - juros pagos	-682.162	-511.242
6.03.04	Contraprestação de arrendamento mercantil	-3.985	-4.141
6.03.05	Dividendos pagos	-831.461	-782.877
6.03.07	Custos na emissão de ações	0	-2.260
6.03.09	Aquisição de acionistas não controladores	-9	0
6.03.10	Aquisição de ações para manutenção em tesouraria	-292.717	0
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	39.670	-23.553
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-609.448	209.720
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.827.369	2.276.069
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.217.921	2.485.789

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	639.268	3.169.704	0	50.341	7.697.999	28.596	7.726.595
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	639.268	3.169.704	0	50.341	7.697.999	28.596	7.726.595
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-481.693	0	-436.842	0	-918.535	-6.539	-925.074
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-292.717	0	0	0	-292.717	0	-292.717
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-436.842	0	-436.842	0	-436.842
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-188.976	0	0	0	-188.976	0	-188.976
5.04.10	Dividendos adicionais atribuíveis a acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-6.530	-6.530
5.04.11	Aquisição de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-9	-9
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.009.316	160.551	1.169.867	6.908	1.176.775
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.009.316	0	1.009.316	6.908	1.016.224
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	160.551	160.551	0	160.551
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	38.028	38.028	0	38.028
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	122.523	122.523	0	122.523
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-195	0	85	0	-110	0	-110
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-195	0	195	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-110	0	-110	0	0
5.07	Saldos Finais	3.838.686	157.380	3.169.704	572.559	210.892	7.949.221	28.965	7.978.186

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	73.052	2.706.632	0	43.504	6.519.961	26.925	6.546.886
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	73.052	2.706.632	0	43.504	6.519.961	26.925	6.546.886
5.04	Transações de Capital com os Sócios	141.913	347.621	0	-389.554	0	99.980	-5.401	94.579
5.04.01	Aumentos de Capital	141.913	0	0	0	0	141.913	0	141.913
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-2.260	0	0	0	-2.260	0	-2.260
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	12.653	0	0	0	12.653	0	12.653
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-389.554	0	-389.554	-113	-389.667
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-161.584	0	0	0	-161.584	0	-161.584
5.04.09	Ágio com Subscrição de ações	0	498.812	0	0	0	498.812	0	498.812
5.04.10	Dividendos adicionais atribuíveis a acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-5.159	-5.159
5.04.11	Aquisição de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-129	-129
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	872.169	-18.341	853.828	7.294	861.122
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	872.169	0	872.169	7.294	879.463
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-18.341	-18.341	0	-18.341
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	10	10	0	10
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-18.351	-18.351	0	-18.351
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-194	0	163	0	-31	0	-31
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-194	0	194	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-31	0	-31	0	-31
5.07	Saldos Finais	3.838.686	420.479	2.706.632	482.778	25.163	7.473.738	28.818	7.502.556

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	56.489.301	51.028.056
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	56.705.818	51.254.554
7.01.02	Outras Receitas	-197.677	-212.442
7.01.02.01	Resultado na venda de bens e outras receitas	59.015	15.194
7.01.02.02	Abatimentos, descontos e devoluções	-256.692	-227.636
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-18.840	-14.056
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-51.829.911	-47.148.780
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-47.190.103	-42.981.969
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.569.400	-1.355.645
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-3.736	-4.351
7.02.04	Outros	-3.066.672	-2.806.815
7.02.04.01	Matérias-primas consumidas	-3.066.672	-2.806.815
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.659.390	3.879.276
7.04	Retenções	-740.614	-660.906
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-740.614	-660.906
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.918.776	3.218.370
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	387.674	325.198
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.232	-10.820
7.06.02	Receitas Financeiras	309.467	263.996
7.06.03	Outros	83.439	72.022
7.06.03.01	Aluguéis e Royalties	83.436	72.022
7.06.03.02	Dividendos e JSCP de investimentos a custo	3	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.306.450	3.543.568
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.306.450	3.543.568
7.08.01	Pessoal	1.228.394	1.025.816
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.116.373	959.241
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	945.459	679.048
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.016.224	879.463
7.08.04.02	Dividendos	443.372	394.826
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	572.852	484.637

Comentário do Desempenho



ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

MD&A - ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
Terceiro Trimestre de 2015

(1) Informações financeiras selecionadas e operacionais:

(R\$ milhões)	3T15	3T14	2T15	Variação 3T15 X 3T14	Variação 3T15 X 2T15	9M15	9M14	Variação 9M15 X 9M14
Receita líquida de vendas e serviços	19.160,8	17.299,9	18.510,7	11%	4%	55.075,2	49.914,0	10%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(17.510,3)	(15.929,9)	(16.968,0)	10%	3%	(50.299,9)	(45.972,1)	9%
Lucro bruto	1.650,5	1.370,0	1.542,7	20%	7%	4.775,3	3.941,9	21%
Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais	(974,5)	(825,6)	(923,2)	18%	6%	(2.769,9)	(2.417,8)	15%
Outros resultados operacionais, líquidos	15,4	20,9	(21,2)	-26%	-173%	15,7	62,4	-75%
Resultado na venda de bens	4,6	8,5	2,4	-46%	94%	29,2	15,2	92%
Lucro operacional	696,0	573,9	600,6	21%	16%	2.050,2	1.601,7	28%
Despesa financeira, líquida	(233,1)	(107,4)	(127,2)	117%	83%	(541,5)	(320,7)	69%
Equivalência patrimonial	(5,8)	(5,2)	3,4	11%	-267%	(5,2)	(10,8)	-52%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	457,1	461,3	476,9	-1%	-4%	1.503,4	1.270,1	18%
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(180,2)	(147,0)	(167,5)	23%	8%	(546,2)	(438,1)	25%
Imposto de renda e contribuição social - incentivos fiscais	21,7	14,5	21,7	50%	0%	59,0	47,4	24%
Lucro líquido	298,5	328,8	331,1	-9%	-10%	1.016,2	879,5	16%
Lucro atribuível aos acionistas da Ultrapar	295,9	326,2	328,6	-9%	-10%	1.009,3	872,2	16%
Lucro atribuível aos acionistas não controladores de controladas	2,7	2,6	2,5	2%	6%	6,9	7,3	-5%
EBITDA (*)	944,1	789,5	845,8	20%	12%	2.776,4	2.242,3	24%
Tons mil de GLP vendido	450,7	461,0	430,1	-2%	5%	1.284,0	1.281,4	0%
M3 mil de combustíveis vendido	6.574,1	6.538,8	6.432,7	1%	2%	19.136,7	18.898,5	1%
Tons mil de químicos vendidos	190,8	204,5	192,6	-7%	-1%	558,5	585,7	-5%

(*) Para maiores informações sobre EBITDA, veja nota (1) na página 24.

Comentário do Desempenho

Considerações sobre as informações financeiras e operacionais

Padrões e critérios aplicados na preparação das informações trimestrais consolidadas

As informações financeiras apresentadas nesse documento foram preparadas com base nas informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que foram elaboradas de acordo com o IAS 34 emitido pelo IASB, e de acordo com o pronunciamento CPC 21 (R1), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. As informações financeiras referentes à Ultrapar correspondem às informações consolidadas da companhia. As informações financeiras da Ipiranga, Oxiten, Ultragas, Ultracargo e Extrafarma são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre as sociedades. Portanto, a soma de tais informações pode não corresponder às informações consolidadas da Ultrapar. Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais incluídas nesta discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

Em setembro de 2013, a Ultrapar assinou acordo de associação com a Extrafarma. O fechamento da operação ocorreu em 31 de janeiro de 2014, com a aprovação da associação pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da Ultrapar e da Extrafarma. Os resultados da Extrafarma passaram a ser consolidados pela Ultrapar nas suas demonstrações financeiras a partir de 1º de fevereiro de 2014. Consequentemente, as demonstrações financeiras da Ultrapar em períodos anteriores a 1º de fevereiro de 2014 não incluem os resultados da Extrafarma, e os dados de desempenho da mesma incluídos neste relatório referem-se, para os nove meses de 2014, somente aos meses de fevereiro a setembro de 2014. Como consequência do fechamento da operação, foram emitidas 12.021.100 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Ultrapar, sendo R\$ 141,9 milhões como aumento de capital social e R\$ 498,8 milhões como aumento de reserva de capital, totalizando um aumento no patrimônio líquido de R\$ 640,7 milhões. Em adição, foram emitidos bônus de subscrição que, se exercidos, poderiam acarretar uma emissão de até 4.007.031 ações no futuro, sendo 801.409 ações referentes ao bônus de subscrição - capital de giro e 3.205.622 ações referentes ao bônus de subscrição - indenização. Em 30 de junho de 2014, em avaliação do ajuste de capital de giro e do endividamento, foi apurado que o bônus de subscrição - capital de giro não seria exercido em favor dos acionistas anteriores da Extrafarma. Dessa forma, a companhia reverteu integralmente a provisão para a emissão das 801.409 ações referentes ao bônus de subscrição - capital de giro, que na data do fechamento totalizava R\$ 42,1 milhões. Em 22 de junho de 2015, foi formalizado entre as partes o acordo referente ao ajuste final de capital de giro e endividamento da transação no montante de R\$ 26,0 milhões. A Ultrapar reconheceu no resultado do 2T15, em “Outros resultados operacionais”, uma receita de R\$ 13,8 milhões, referente à diferença entre o ajuste final de capital de giro e endividamento e o montante de R\$ 12,2 milhões que havia sido registrado em “demais contas a receber” em 31 de dezembro de 2014. O montante de R\$ 26,0 milhões foi recebido pela Ultrapar no 3º trimestre de 2015. A quantidade de ações do bônus de subscrição - indenização poderá ser exercida a partir de 2020 e é ajustada conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. O valor da associação totalizou R\$ 719,9 milhões. Para maiores informações, ver nota 3.a e nota 22 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(2) Análise do desempenho:

Ultrapar

Receita líquida de vendas e serviços: A receita líquida consolidada da Ultrapar cresceu 11% no 3T15 em relação ao 3T14, atingindo R\$ 19.161 milhões, em função do crescimento de receita na Ipiranga, Oxiten, Ultragas e Extrafarma. Em relação ao 2T15, a receita líquida apresentou aumento de 4%, principalmente em função da sazonalidade entre períodos. Nos 9M15, a receita líquida cresceu 10% em relação aos 9M14, totalizando R\$ 55.075 milhões.

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados: No 3T15, o custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados da Ultrapar registrou aumento de 10% em relação ao 3T14, totalizando R\$ 17.510 milhões, em função do maior custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados em todas as unidades de negócios. Em relação ao 2T15, o custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Ultrapar apresentou crescimento de 3%, em função do maior custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados na Ipiranga, Oxiten, Ultragas e Ultracargo, mantendo-se estável na Extrafarma. Nos 9M15, o custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados da Ultrapar cresceu 9% em relação aos 9M14, totalizando R\$ 50.300 milhões.

Comentário do Desempenho

Lucro bruto: A Ultrapar apresentou lucro bruto de R\$ 1.650 milhões no 3T15, aumento de 20% em relação ao 3T14, em função do aumento do lucro bruto observado na Ipiranga, Oxiteno, Ultragaz e Extrafarma. Em relação ao 2T15, o lucro bruto da Ultrapar cresceu 7%, em todas as unidades de negócios, exceto na Ultracargo, em decorrência da indisponibilidade parcial do terminal de Santos. Nos 9M15, o lucro bruto da Ultrapar cresceu 21% em relação aos 9M14, totalizando R\$ 4.775 milhões.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais: As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar somaram R\$ 975 milhões no 3T15, aumento de 18% em relação ao 3T14, em função de efeitos da inflação, da expansão da rede de distribuição na Ipiranga, de maior remuneração variável, em linha com a progressão de resultados na Oxiteno e na Ultragaz e da adição de despesas para estruturação do crescimento mais acelerado, incluindo o início da operação do novo centro de distribuição da Extrafarma, no Ceará. Em relação ao 2T15, as despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar aumentaram 6%. Nos 9M15, as despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar cresceram 15% em relação aos 9M14, totalizando R\$ 2.770 milhões.

Outros resultados operacionais, líquidos: No 3T15, os outros resultados operacionais totalizaram uma receita líquida de R\$ 15 milhões, contra uma receita líquida de R\$ 21 milhões no 3T14 e uma despesa líquida de R\$ 21 milhões no 2T15, principalmente em função de despesas relacionadas ao incêndio ocorrido no terminal da Ultracargo em Santos em abril de 2015, com impacto de R\$ 10 milhões no 3T15 e de R\$ 75 milhões no 2T15, parcialmente compensadas por maiores receitas decorrentes da estratégia de inovação constante em serviços e conveniência na Ipiranga. Nos 9M15, os outros resultados operacionais totalizaram uma receita líquida de R\$ 16 milhões, contra uma receita líquida de R\$ 62 milhões nos 9M14, em função dos mesmos fatores mencionados nas comparações acima.

Depreciação e amortização: O total de custos e despesas com depreciação e amortização no 3T15 foi de R\$ 254 milhões, 15% acima do 3T14, em função dos investimentos realizados ao longo dos últimos 12 meses, com destaque para a estratégia de inovação constante em serviços e conveniência nos postos da Ipiranga, gerando maior satisfação e fidelidade do cliente. Em relação ao 2T15, o total de custos e despesas com depreciação e amortização apresentou aumento de 5%. Nos 9M15, o total de custos e despesas com depreciação da Ultrapar foi R\$ 731 milhões, 12% acima dos 9M14.

Lucro operacional: A Ultrapar apresentou lucro operacional de R\$ 696 milhões no 3T15, 21% acima do lucro operacional do 3T14, em função do aumento do lucro operacional observado na Ipiranga, Oxiteno e Ultragaz. Em relação ao 2T15, o lucro operacional apresentou aumento de 16% em função do aumento do lucro operacional observado na Ipiranga, Oxiteno e Ultragaz. Nos 9M15, o lucro operacional da Ultrapar foi R\$ 2.050 milhões, 28% acima dos 9M14.

Resultado financeiro: O endividamento líquido da Ultrapar ao final de setembro de 2015 era de R\$ 5,7 bilhões, compatível com nossos níveis de alavancagem (1,5x LTM EBITDA), em comparação a R\$ 4,4 bilhões em setembro de 2014 (1,4x LTM EBITDA). A Ultrapar apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 233 milhões no 3T15, R\$ 126 milhões acima do 3T14, principalmente em função (i) do maior CDI no período, (ii) do maior endividamento líquido, (iii) de efeitos cambiais no período e (iv) da incidência do PIS/COFINS sobre a receita financeira. Em relação ao 2T15, a despesa financeira líquida foi R\$ 106 milhões maior, substancialmente em função dos mesmos fatores mencionados na comparação com 3T14. Nos 9M15, a Ultrapar apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 542 milhões, R\$ 221 milhões acima dos 9M14.

Imposto de renda e contribuição social / Incentivos fiscais: A Ultrapar apresentou no 3T15 uma despesa de imposto de renda e contribuição social, líquida de incentivos fiscais, no valor de R\$ 159 milhões, comparada a uma despesa de R\$ 133 milhões no 3T14, um aumento de 20%, principalmente em função de despesas financeiras não dedutíveis no exterior. Em relação ao 2T15, a despesa de imposto de renda e contribuição social, líquida de incentivos fiscais aumentou 9%, substancialmente em função do mesmo fator mencionado na comparação com o 3T14. Nos 9M15, a Ultrapar apresentou uma despesa de imposto de renda e contribuição social, líquida de incentivos fiscais de R\$ 487 milhões, R\$ 97 milhões acima dos 9M14.

Lucro líquido: O lucro líquido do 3T15 atingiu R\$ 299 milhões, redução de 9% em relação ao 3T14, principalmente em função do impacto do resultado financeiro entre os períodos. Em relação ao 2T15, o lucro líquido foi 10% menor. Nos 9M15, a Ultrapar acumulou um lucro líquido de R\$ 1.016 milhões, 16% acima dos 9M14.

Comentário do Desempenho

EBITDA: Em um trimestre de deterioração do cenário macroeconômico brasileiro, seguindo a tendência observada desde o início do ano, o EBITDA consolidado da Ultrapar totalizou R\$ 944 milhões no 3T15, 20% acima do 3T14, em função do crescimento de EBITDA em todas as unidades de negócio, exceto na Ultracargo, em decorrência da indisponibilidade parcial do terminal de Santos. Em relação ao 2T15, o EBITDA apresentou aumento de 12%. Nos 9M15, o EBITDA totalizou R\$ 2.776 milhões, um aumento de 24% em relação aos 9M14.

R\$ milhões	3T15	3T14	2T15	Variação	Variação	9M15	9M14	Variação
				3T15 X 3T14	3T15 X 2T15			9M15 X 9M14
Ultrapar	944,1	789,5	845,8	20%	12%	2.776,4	2.242,3	24%
Ipiranga	610,4	556,7	575,7	10%	6%	1.900,6	1.576,5	21%
Oxiten	212,1	98,7	203,0	115%	4%	559,7	305,9	83%
Ultragas	103,3	89,4	72,8	16%	42%	248,4	223,8	11%
Ultracargo	14,5	44,5	(48,8)	-67%	-130%	13,4	129,1	-90%
Extrafarma	5,9	1,6	8,9	266%	-34%	20,0	26,5	-24%

- (1) O EBITDA apresentado neste documento corresponde ao lucro líquido antes (i) do imposto de renda e contribuição social, (ii) da despesa financeira, líquida e (iii) da depreciação e amortização, de acordo com a ICVM 527/12. A divulgação de informações sobre o EBITDA visa apresentar uma medida utilizada pela administração para avaliação interna de resultados operacionais, além de ser uma medida direta ou indiretamente relacionada a uma parcela da participação nos lucros e resultados dos empregados. É também um indicador financeiro amplamente utilizado por analistas e investidores para mensurar nossa capacidade de gerar caixa a partir de nossas operações e nosso desempenho operacional. Adicionalmente, utilizamos o EBITDA como referência em obrigações (*covenants*) relacionadas a alguns de nossos contratos de financiamento, conforme comentado na nota explicativa nº 14 das informações trimestrais. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só do nosso desempenho financeiro como também da nossa capacidade de cumprir com os pagamentos de juros e principal do nosso endividamento e de obter recursos para nossos investimentos e capital de giro. Nossa definição de EBITDA pode diferir de, e, consequentemente, não ser comparável com nomenclaturas similares utilizadas por outras companhias, limitando assim seu uso como medida comparativa. Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo as receitas e despesas financeiras, o imposto de renda e contribuição social, a depreciação e a amortização, o EBITDA é um indicador de desempenho econômico geral que não é afetado por reestruturações de dívidas, flutuações nas taxas de juros, alterações de imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou as IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O EBITDA apresenta limitações materiais que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, imposto de renda e depreciação e amortização.

Segue abaixo a reconciliação do EBITDA com o lucro líquido dos períodos:

R\$ milhões	3T15	3T14	2T15	9M15	9M14
Lucro líquido	298,5	328,8	331,1	1.016,2	879,5
(+) Imposto de renda e contribuição social	158,5	132,5	145,8	487,2	390,7
(+) Despesa financeira, líquida	233,1	107,4	127,2	541,5	320,7
(+) Depreciação e amortização	253,9	220,8	241,7	731,4	651,5
EBITDA	944,1	789,5	845,8	2.776,4	2.242,3

Comentário do Desempenho

Segue abaixo a análise do desempenho por segmento:

Ipiranga

Desempenho operacional: O volume de vendas da Ipiranga totalizou 6.574 mil metros cúbicos no 3T15, 1% acima do volume vendido no 3T14. O volume vendido de combustíveis para veículos leves (ciclo Otto) cresceu 3%, impulsionado pelo crescimento da frota de veículos, pelos investimentos realizados para expansão da rede e pelo crescimento de 54% do volume de etanol. O volume de diesel apresentou uma redução de 2% em relação ao 3T14, em função do fraco desempenho da economia. Em relação ao 2T15, houve aumento de 2% no volume vendido, principalmente em função da sazonalidade entre períodos. Nos 9M15, a Ipiranga acumula um volume vendido de 19.137 mil metros cúbicos, crescimento de 1% sobre o volume dos 9M14.

Receita líquida de vendas e serviços: A receita líquida da Ipiranga totalizou R\$ 16.409 milhões no 3T15, 10% maior em relação ao 3T14, principalmente em função (i) dos aumentos dos custos de gasolina e diesel na refinaria em novembro/14 e fevereiro/15, (ii) do maior volume vendido e (iii) da estratégia de inovação constante em serviços e conveniência no posto, gerando maior satisfação e fidelidade do cliente. Em relação ao 2T15, a receita líquida apresentou aumento de 3%, em função do volume sazonalmente maior. Nos 9M15, a receita líquida totalizou R\$ 47.503 milhões, aumento de 10% em relação aos 9M14.

Custo dos produtos vendidos: O custo dos produtos vendidos da Ipiranga somou R\$ 15.457 milhões no 3T15, aumento de 10% em relação ao 3T14, principalmente em função dos aumentos dos custos de gasolina e diesel na refinaria em novembro/14 e fevereiro/15 e do maior volume vendido. Em relação ao 2T15, o custo dos produtos vendidos apresentou aumento de 3%, em função do volume sazonalmente maior. Nos 9M15, o custo dos produtos vendidos acumulou R\$ 44.627 milhões, 9% acima do montante apresentado nos 9M14.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ipiranga totalizaram R\$ 525 milhões no 3T15, 13% acima do 3T14, principalmente em função (i) de maiores despesas com frete, derivadas do maior volume vendido e dos aumentos no custo de diesel, (ii) da expansão da rede de distribuição, (iii) de maiores despesas com estudos e projetos e (iv) dos efeitos da inflação sobre as despesas. Em relação ao 2T15, as despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram aumento de 5%, em função do maior volume vendido e maiores despesas com estudos e projetos, parcialmente compensados por menores contingências cíveis. Nos 9M15, as despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 1.523 milhões, aumento de 8% em relação aos 9M14.

EBITDA: A Ipiranga apresentou EBITDA de R\$ 610 milhões no 3T15, 10% acima do 3T14, principalmente em função do maior volume vendido no ciclo Otto, potencializado pelos investimentos em expansão da rede, e da estratégia de inovação constante em serviços e conveniência no posto, gerando maior satisfação e fidelidade do cliente. Em relação ao 2T15, o EBITDA foi 6% maior, principalmente em função da sazonalidade observada entre os períodos. Nos 9M15, o EBITDA totalizou R\$ 1.901 milhões, 21% acima dos 9M14.

Comentário do Desempenho

Oxitenó

Desempenho operacional: O volume de vendas da Oxitenó no 3T15 totalizou 191 mil toneladas, redução de 7% (14 mil tons) em relação ao 3T14. O volume vendido de commodities foi 7% (2 mil tons) menor, em função da volatilidade de preços e de demanda do produto. O volume vendido de especialidades também foi 7% (12 mil tons) menor que no 3T14, efeito da retração da economia brasileira e da decisão de descontinuar uma linha de produtos voltada para o mercado de couros. Em relação ao 2T15, o volume de vendas apresentou redução de 1% (2 mil tons), com aumento de 4% nas vendas de especialidades. O volume vendido nos 9M15 totalizou 559 mil toneladas, 5% abaixo do volume vendido nos 9M14.

Receita líquida de vendas e serviços: A receita líquida da Oxitenó totalizou R\$ 1.132 milhões no 3T15, 30% acima do 3T14, em função do Real 56% mais desvalorizado frente ao dólar, parcialmente compensado pelo menor volume de vendas e pela queda dos preços das principais matérias-primas. Em relação ao 2T15, a receita líquida foi 12% maior, principalmente em função do Real 15% mais desvalorizado frente ao dólar, parcialmente compensado pelo menor volume de vendas de *commodities*. A receita líquida acumulada nos 9M15 foi de R\$ 2.996 milhões, 19% acima dos 9M14.

Custo dos produtos vendidos: O custo dos produtos vendidos da Oxitenó no 3T15 totalizou R\$ 775 milhões, 14% acima do 3T14, principalmente em função do Real 56% mais desvalorizado frente ao dólar e dos aumentos do custo de utilidades, parcialmente compensados pelo menor volume vendido e pela variação de custos das matérias-primas, correlacionadas aos preços internacionais do petróleo. Em relação ao 2T15, o custo dos produtos vendidos aumentou 13%, em função do Real 15% mais desvalorizado frente ao dólar. Nos 9M15, o custo dos produtos vendidos acumulou R\$ 2.061 milhões, 6% acima do montante apresentado nos 9M14.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Oxitenó totalizaram R\$ 183 milhões no 3T15, 44% acima do 3T14, principalmente em função (i) de maior remuneração variável, em linha com a progressão de resultados, (ii) da desvalorização do Real sobre despesas logísticas e das unidades internacionais, (iii) de maiores despesas com estudos e projetos e (iv) dos efeitos da inflação. Em relação ao 2T15, as despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram aumento de 13%, devido a maiores despesas com logística e de maiores despesas com estudos e projetos. As despesas gerais, administrativas e de vendas foram de R\$ 486 milhões nos 9M15, aumento de 30% em relação aos 9M14.

EBITDA: A Oxitenó apresentou EBITDA de R\$ 212 milhões no 3T15, 115% acima do 3T14, equivalente a US\$ 313/ton, principalmente em função da desvalorização do Real frente ao dólar, parcialmente compensado pelo menor volume vendido. Em relação ao 2T15, o EBITDA apresentou aumento de 4%, substancialmente em função dos mesmos fatores mencionados na comparação com o 3T14. Nos 9M15, o EBITDA totalizou R\$ 560 milhões, 83% acima dos 9M14.

Comentário do Desempenho

Ultragaz

Desempenho operacional: No 3T15, a Ultragaz atingiu volume de vendas de 451 mil toneladas, 2% abaixo do volume vendido no 3T14, principalmente em função da retração da economia no segmento granel, parcialmente compensado por iniciativas comerciais de novas revendas. Em relação ao 2T15, o volume vendido apresentou aumento de 5%, principalmente em função da sazonalidade entre períodos. Nos 9M15, a Ultragaz acumulou um volume de vendas de 1.284 mil toneladas, permanecendo em patamares iguais aos observados nos 9M14.

Receita líquida de vendas e serviços: A receita líquida da Ultragaz foi de R\$ 1.213 milhões no 3T15, aumento de 11% em relação ao 3T14, principalmente em função da implementação de iniciativas comerciais em segmentos que concentram maior demanda, a exemplo dos condomínios, e em função do aumento do custo do GLP para uso no segmento granel, realizado pela Petrobras em dezembro de 2014 e em setembro de 2015 e para o segmento envasado em setembro de 2015. Em relação ao 2T15, a receita líquida apresentou crescimento de 8%, principalmente em decorrência do aumento do custo do GLP para uso nos segmentos granel e envasado pela Petrobras em setembro de 2015. Nos 9M15, a receita líquida totalizou R\$ 3.373 milhões, aumento de 11% em relação aos 9M14.

Custo dos produtos vendidos: O custo dos produtos vendidos da Ultragaz totalizou R\$ 1.017 milhões no 3T15, aumento de 10% em relação ao 3T14, principalmente em função do aumento do custo do GLP para uso nos segmentos granel e envasado pela Petrobras e dos efeitos da inflação sobre as despesas com pessoal. Em relação ao 2T15, o custo dos produtos vendidos apresentou aumento de 7%, principalmente em decorrência do volume sazonalmente maior e do aumento do custo do GLP para uso nos segmentos granel e envasado pela Petrobras em setembro de 2015. Nos 9M15, o custo dos produtos vendidos foi de R\$ 2.853 milhões, crescimento de 10% em relação aos 9M14.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultragaz totalizaram R\$ 133 milhões no 3T15, 17% acima do 3T14, principalmente em função de maiores despesas com remuneração variável e do efeito da inflação sobre as despesas. Em relação ao 2T15, as despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram aumento de 2%, substancialmente em função dos mesmos fatores mencionados na comparação com 3T14, parcialmente compensados pelas menores despesas com propaganda e marketing, em função da campanha de relançamento da marca Ultragaz no 2T15. Nos 9M15, as despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 380 milhões, aumento de 16% em relação aos 9M14.

EBITDA: No 3T15, o EBITDA da Ultragaz atingiu R\$ 103 milhões, 16% acima do 3T14, principalmente em função das iniciativas comerciais de novas revendas no segmento envasado e dos aumentos do custo do GLP pela Petrobras, parcialmente compensados pelos efeitos da retração da economia no segmento granel. Em relação ao 2T15, o EBITDA cresceu 42%, principalmente em função do maior volume vendido e das menores despesas com propaganda e marketing. Nos 9M15, o EBITDA totalizou R\$ 248 milhões, 11% acima dos 9M14.

Comentário do Desempenho

Ultracargo

Desempenho operacional: No 3T15, a armazenagem média da Ultracargo foi 13% menor em relação ao 3T14 em decorrência da indisponibilidade parcial do terminal de Santos por conta do incêndio ocorrido no início de abril, parcialmente compensada pela maior movimentação de combustíveis pelas distribuidoras. Em relação ao 2T15, a armazenagem média ficou 4% maior, decorrente da recuperação gradual nas movimentações em Santos, devido à suspensão total das atividades no terminal no mês de abril. Excluindo as operações de Santos, os demais terminais da Ultracargo apresentaram armazenagem média no 3T15 estável comparado ao mesmo período do ano anterior e 2% menor que o 2T15, principalmente em função da menor movimentação de químicos. Nos 9M15, a Ultracargo acumula uma variação negativa de 8% na ocupação média de seus terminais em relação ao 9M14.

Receita líquida de vendas e serviços: A receita líquida da Ultracargo totalizou R\$ 77 milhões no 3T15, 14% abaixo do 3T14, principalmente em função da menor movimentação, fruto da indisponibilidade parcial do terminal de Santos decorrente do incêndio. Em relação ao 2T15, a receita líquida aumentou 5%, principalmente decorrente da recuperação gradual nas movimentações em Santos, devido à suspensão total do terminal em abril. Excluindo as operações de Santos, os demais terminais da Ultracargo apresentaram receita líquida no 3T15 2% maior em relação ao 3T14 e 1% menor em relação ao 2T15. Nos 9M15, a receita líquida totalizou R\$ 243 milhões, 8% abaixo dos 9M14.

Custo dos serviços prestados: O custo dos serviços prestados da Ultracargo no 3T15 foi de R\$ 39 milhões, 9% acima do 3T14, principalmente em função de maiores gastos com pessoal. Em relação ao 2T15, o custo dos serviços prestados apresentou aumento de 11%, principalmente em função de maiores gastos com tarifas portuárias e da concentração de custos com manutenção. Nos 9M15, o custo dos serviços prestados da Ultracargo totalizou R\$ 109 milhões, aumento de 3% em relação aos 9M14.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultracargo totalizaram R\$ 24 milhões no 3T15, aumento de 2% em relação ao 3T14, principalmente em função dos efeitos da inflação sobre as despesas, parcialmente compensado pelo fim da amortização de intangível constituído na aquisição do terminal de Itaqui, no Maranhão. Em relação ao 2T15, as despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram aumento de 1%. As despesas gerais, administrativas e de vendas foram de R\$ 69 milhões nos 9M15, redução de 2% em relação aos 9M14.

Outros resultados operacionais: No 3T15, a linha de “Outros resultados operacionais” totalizou uma despesa líquida de R\$ 10 milhões ante uma receita líquida de R\$ 2 milhões no 3T14 e uma despesa líquida de R\$ 74 milhões no 2T15, principalmente em função das despesas relacionadas ao incêndio ocorrido no terminal de Santos.

EBITDA: A Ultracargo apresentou EBITDA de R\$ 14 milhões no 3T15, 67% abaixo do 3T14, principalmente em função da menor movimentação, fruto da indisponibilidade parcial do terminal de Santos e das despesas relacionadas ao incêndio. Excluindo as operações de Santos, os demais terminais da Ultracargo apresentaram EBITDA de R\$ 25 milhões, redução de 6% e 5% em relação ao 3T14 e ao 2T15, respectivamente, principalmente em função da menor movimentação de químicos e de maiores custos com manutenção. Nos 9M15, a Ultracargo apresentou EBITDA de R\$ 13 milhões, principalmente em função do impacto do acidente em Santos ocorrido no início de abril.

Comentário do Desempenho

Extrafarma

Conforme destacado em “Considerações sobre as informações financeiras e operacionais”, exceto quando indicado, as informações da Extrafarma para os 9M14 referem-se aos meses de fevereiro a setembro.

Desempenho operacional: A Extrafarma encerrou o 3T15 com 244 lojas próprias nas regiões Norte e Nordeste, um aumento de 34 lojas (16%) em relação ao final do 3T14. Ao final do 3T15, 17% das lojas possuíam até um ano de operação, ante 15% no 3T14. Em relação ao 2T15, houve aumento de 10 lojas (13 aberturas e 3 fechamentos).

Receita bruta: A receita bruta da Extrafarma totalizou R\$ 362 milhões no 3T15, aumento de 11% em relação ao 3T14, principalmente em função do aumento da receita bruta do segmento varejo, decorrente do maior número médio de lojas e do crescimento de 5% no faturamento das lojas existentes há mais de um ano (*same store sales*), fruto da maturação de lojas, e do reajuste anual dos preços de medicamentos autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamento (CMED), parcialmente compensados por menores vendas em telefonia. Em relação ao 2T15, a receita bruta da Extrafarma aumentou 1%, influenciada principalmente pelo maior número médio de lojas do segmento varejo. Nos 9M15, a receita bruta da Extrafarma totalizou R\$ 1.058 milhões, 28% acima dos 9M14.

Custo dos produtos vendidos e lucro bruto: O custo dos produtos vendidos da Extrafarma totalizou R\$ 234 milhões no 3T15, um aumento de 9% em relação ao 3T14, principalmente em decorrência do maior volume de vendas e do reajuste anual dos preços de medicamentos autorizado pela CMED no 2T15. O lucro bruto atingiu R\$ 107 milhões, aumento de 14% em relação ao 3T14, principalmente em função do crescimento da receita bruta do segmento varejo. Em relação ao 2T15, o custo dos produtos vendidos se manteve estável, enquanto o lucro bruto aumentou 1%, principalmente em função da concentração de verbas da indústria no 3T15. Nos 9M15, o custo dos produtos vendidos e o lucro bruto totalizaram R\$ 689 milhões e R\$ 309 milhões, ambos 27% acima dos 9M14.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais: As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Extrafarma totalizaram R\$ 107 milhões no 3T15, 12% acima do 3T14, principalmente em função (i) do crescimento de 16% no número de lojas, (ii) dos efeitos da inflação sobre as despesas com pessoal, (iii) da adição de despesas para estruturação do crescimento mais acelerado, (iv) do início da operação do novo centro de distribuição do Ceará, parcialmente compensados por menores despesas com integração. Em relação ao 2T15, as despesas gerais, administrativas e de vendas aumentaram 4%, em função de maiores despesas com pessoal, decorrente de acordo coletivo e da abertura de novas lojas. Nos 9M15, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Extrafarma totalizaram R\$ 307 milhões, 36% acima dos 9M14.

EBITDA: O EBITDA do 3T15 da Extrafarma totalizou R\$ 6 milhões, aumento de R\$ 4 milhões em relação ao 3T14, principalmente em decorrência do maior faturamento e de menores despesas com integração. Em relação ao 2T15, o EBITDA reduziu 34%, principalmente em função de maiores despesas com pessoal, decorrente de acordo coletivo e da abertura de novas lojas. Nos 9M15, o EBITDA da Extrafarma totalizou R\$ 20 milhões, 24% menor que nos 9M14.

Em atendimento à Instrução CVM 381/03, informamos que nossos auditores externos, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram, no período referente aos primeiros nove meses de 2015, quaisquer outros serviços relevantes que não os relacionados à auditoria das demonstrações financeiras para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2015 e revisão das informações trimestrais da Ultrapar e controladas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1.343 em São Paulo – SP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxiten”), na prestação de serviços de armazenagem de grânéis líquidos (“Ultracargo”) e, a partir de 31 de janeiro de 2014, no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos, por meio da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”) - vide nota explicativa nº 3.a).

2 Apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard* (“IAS”) 34 - *Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e de acordo com o pronunciamento CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais individuais e consolidadas.

a. Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável.

A receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. A receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. A receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. A receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais, levando-se em consideração a modalidade de frete da entrega. A receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas.

c. Ativos financeiros

Conforme o IAS 32, IAS 39 e *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) 7 (CPC 38, 39 e 40(R1)), os ativos financeiros da Sociedade e suas controladas são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado.
- **Mantidos até o vencimento:** ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- **Disponíveis para venda:** ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias no reconhecimento inicial. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes acumulados e apresentadas no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada.
- **Empréstimos e recebíveis:** ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidos no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Empréstimos e recebíveis incluem caixa e bancos, contas a receber de clientes, dividendos a receber e demais contas a receber.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro derivativo utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável que possa afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) a Sociedade cancela a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando da alienação da operação no exterior.

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide notas explicativas nº 4, 14 e 22.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, se aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade e de suas controladas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber (vide notas explicativas nº 5 e 22 – Risco de crédito de clientes).

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação da Sociedade e suas controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

f. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais.

Uma controlada é uma investida na qual o acionista está exposto, tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%.

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais e consolidadas (vide nota explicativa nº 11).

Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle.

Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.m e 18).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a vida útil dos bens, que é revisada anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

h. Arrendamento mercantil

- Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo à Sociedade e suas controladas. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos arrendados são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados e amortizados pelos prazos aplicáveis a cada grupo de ativo ou pelo prazo dos contratos, dos dois o menor, conforme as notas explicativas nº 12 e 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato de arrendamento, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide nota explicativa nº 14.i).

- Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 23.g).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 13):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados líquidos de amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. Os ágios gerados a partir de 1 de janeiro de 2009 são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida, e são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo que o ágio é monitorado pela Sociedade para fins de teste de recuperabilidade.
- Os desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como fundo de comércio no momento de sua ocorrência e são amortizados linearmente conforme o prazo do contrato.
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como software, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 13, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. Com exceção dos ágios, da marca “*am/pm*” e da marca “*Extrafarma*”, a Sociedade e suas controladas não possuem contabilizados outros ativos intangíveis com vida útil indefinida.

j. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente (vide nota explicativa nº 2.u).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição e a passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e custos de transação, líquidos das amortizações. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 14.j). Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis à emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais são reconhecidos no patrimônio líquido e não são amortizados.

l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas efetivas, considerando a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das informações trimestrais. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

m. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 18). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

n. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 23 itens a, b, c, d).

o. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 24.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados no patrimônio líquido. Os custos dos serviços passados são reconhecidos no resultado.

p. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, e variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

q. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

r. Base para conversão das informações trimestrais de controladas sediadas no exterior

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação da Sociedade (moeda Reais) e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados e apresentado no patrimônio líquido referente ao ajuste acumulado de conversão, líquido dos efeitos de *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, em 30 de setembro de 2015 totalizou R\$ 165.715 de ganho cambial (R\$ 43.192 de ganho cambial em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Moeda funcional</u>	<u>País</u>
Oxiteno México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiteno Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiteno Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiteno USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiteno Andina, C.A.	Bolívar	Venezuela
Oxiteno Uruguay S.A.	Dólar norte-americano	Uruguai

A controlada Oxiteno Uruguay S.A. (“Oxiteno Uruguay”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano (“US\$”), considerando que suas vendas e compras de mercadorias, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

A Venezuela é considerada um país de economia hiperinflacionária, conforme o IAS 29. Consequentemente, as informações financeiras da Oxiteno Andina, C.A. (“Oxiteno Andina”) estão sendo atualizadas conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela.

Em 10 de fevereiro de 2015, o Banco Central da Venezuela emitiu o Convênio Cambial nº 33 que alterou o mercado cambiário venezuelano, regulamentando os tipos de câmbio legalmente reconhecidos:

- a) Oficial: o Bolívar (“VEF”) é negociado à taxa de 6,30 VEF/US\$ e é aplicável as operações de importação de bens de primeira necessidade (medicinas e alimentos) canalizadas através do CENCOEX - *Centro Nacional de Comercio Exterior en Venezuela*;
- b) SICAD - *Sistema Complementario de Administración de Divisas*: o Bolívar é negociado à taxa de 13,50 VEF/US\$, última cotação de 1 de setembro de 2015. Conforme o Convênio Cambial nº 25, somente algumas transações são permitidas, como por exemplo, importação de bens, pagamento de dividendos, dentre outras operações.
- c) SICAD-II: esse mercado cambial foi eliminado com o Convênio Cambial 33, tendo como última cotação 52,1013 VEF/US\$; e
- d) SIMADI - *Sistema Marginal de Divisas*: o Bolívar é negociado à taxa variável aproximada de 199 VEF/US\$ em 30 de setembro de 2015 e é aplicado através do mercado bancário, mercado de varejo e mercado de títulos.

Para a consolidação da Oxiteno Andina na Sociedade, os montantes em Bolívar foram convertidos para dólares norte-americanos pela taxa de câmbio do SICAD e posteriormente convertidos para Reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil. No julgamento da administração, a utilização do SICAD é a mais adequada para a conversão, visto que é a taxa de câmbio mais provável para o pagamento de dividendos e devolução de capital.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 totalizou R\$ 7.349 (ganho de R\$ 716 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014).

s. *Uso de estimativas, premissas e julgamentos*

Na preparação das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data da preparação das informações trimestrais, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As informações trimestrais incluem, portanto, entre outros, estimativas, premissas e julgamentos referentes, principalmente, à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.k, 4, 14 e 22), determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 22), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), determinação dos valores de imposto de renda diferido (notas explicativas nº 2.l e 9), determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.f, 2.r, 3 e 11.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.f, 11.a e 11.b), determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.f e 11.c), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.g e 12), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.i e 13), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.m e 18), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.n e 23 itens a, b, c, d), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.o e 24.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 3.a e 22). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

t. *Redução ao valor recuperável de ativos*

A Sociedade e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa - “UGC”). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para avaliar o valor em uso a Sociedade e suas controladas consideram projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados são menores que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade e suas controladas não registraram redução ao valor recuperável nos períodos apresentados (vide nota explicativa nº 13.i).

u. Ajuste a valor presente

Algumas controladas contabilizaram o ajuste a valor presente sobre os saldos de crédito de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) do ativo imobilizado (CIAP). Por se tratar de uma recuperação de longo prazo que ocorre na fração de 1/48 avos mensais, o ajuste a valor presente reflete, nas informações trimestrais, o valor no tempo da recuperação dos créditos desse ICMS. O saldo desse ajuste a valor presente totalizava R\$ 140 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 279 em 31 de dezembro de 2014).

A Sociedade e suas controladas analisaram os elementos integrantes do ativo e do passivo não circulante, e circulante quando relevante, e não identificaram a aplicabilidade do ajuste a valor presente nas demais operações.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

v. Combinação de negócios

Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurado pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos.

w. Demonstrações de valor adicionado

Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

x. Demonstração dos fluxos de caixa

A Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações de fluxo de caixa, individuais e consolidados, nos termos do IAS 7 (CPC 03) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre financiamentos e debêntures nas atividades de financiamentos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

y. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IFRS

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor em 30 de setembro de 2015:

	<u>Vigente em</u>
<ul style="list-style-type: none"> Instrumentos financeiros – IFRS 9: introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, nova metodologia de <i>impairment</i> para os instrumentos financeiros e nova orientação para contabilidade de <i>hedge</i>. 	2018
<ul style="list-style-type: none"> Reconhecimento de receita – IFRS 15: estabelece os princípios da natureza, quantidade, tempestividade e incerteza sobre a receita e o fluxo de caixa decorrente de um contrato com um cliente. 	2017 (*)

(*) Em 11 de setembro de 2015, a vigência do IFRS 15 foi alterada para 1º de janeiro de 2018.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRS 9 e IFRS 15, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM. A Sociedade está avaliando os potenciais efeitos desses pronunciamentos.

z. Autorização para a emissão das informações trimestrais

A autorização para a emissão destas informações trimestrais foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 4 de novembro de 2015.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

3 Princípios de consolidação e participações societárias

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação previstos no IFRS 10 (CPC 36 (R3)), sendo eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas e as receitas e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado, a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data que ocorre a perda de controle.

Quando necessário são efetuados ajustes às informações trimestrais das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

As informações trimestrais consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	Segmento	% de participação no capital social			
			30/09/2015		31/12/2014	
			Controle		Controle	
			Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Conveniências Ipiranga Norte Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Trading Limited	Ilhas Virgens Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Isa-Sul Administração e Participações Ltda.	Brasil	Ipiranga	99	1	99	1
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Brasil	Extrafarma	-	100	-	100
Oxitenos S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxitenos	100	-	100	-
Oxitenos Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxitenos	-	99	-	99
Oxitenos Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxitenos	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxitenos	-	100	-	100
Oxitenos Uruguay S.A.	Uruguai	Oxitenos	-	100	-	100
Barrington S.L.	Espanha	Oxitenos	-	100	-	100
Oxitenos México S.A. de C.V.	México	Oxitenos	-	100	-	100
Oxitenos Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxitenos	-	100	-	100
Oxitenos Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxitenos	-	100	-	100
Oxitenos USA LLC	Estados Unidos	Oxitenos	-	100	-	100
Global Petroleum Products Trading Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	Oxitenos	-	100	-	100
Oxitenos Overseas Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	Oxitenos	-	100	-	100
Oxitenos Andina, C.A.	Venezuela	Oxitenos	-	100	-	100
Oxitenos Europe SPRL	Bélgica	Oxitenos	-	100	-	100
Oxitenos Colombia S.A.S	Colômbia	Oxitenos	-	100	-	100
Oxitenos Shanghai Trading LTD.	China	Oxitenos	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxitenos	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a) Combinação de negócios – aquisição da Extrafarma

Em 31 de janeiro de 2014, a Extrafarma passou a ser uma controlada integral da Ultrapar e os acionistas da empresa tornaram-se acionistas de longo prazo da Ultrapar (vide nota explicativa 8.b). Como consequência, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização que, se exercidos, poderão acarretar no futuro a emissão de até 3.205.622 ações a partir de 2020. Os bônus de subscrição – indenização são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização são valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Na data-base das informações trimestrais os bônus de subscrição – indenização eram representados por 2.187.512 ações e totalizavam R\$ 133.402 (totalizavam 2.002.773 ações e R\$ 92.072 em 31 de dezembro de 2014).

Adicionalmente a Sociedade tinha um contas a receber junto a esses acionistas em função do ajuste de capital de giro e dívida líquida no montante de R\$ 12.222 em 31 de dezembro de 2014, registrado em “demais contas a receber” no ativo circulante. Em 22 de junho de 2015, foi formalizado entre as partes, o acordo referente ao ajuste final de capital de giro e dívida líquida no montante de R\$ 26.006. A Sociedade reconheceu no resultado do 2º trimestre de 2015, em “Outros resultados operacionais”, o montante de R\$ 13.784 (vide nota explicativa nº 27), referente à diferença entre o ajuste final de capital de giro e dívida líquida e o montante reconhecido em 31 de dezembro de 2014. O montante de R\$ 26.006 foi recebido pela Sociedade no 3º trimestre de 2015.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições de primeira linha vinculados ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), operações compromissadas e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais do governo brasileiro; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições de primeira linha; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 22 conforme suas características e intenção da Sociedade e suas controladas.

O saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 4.082.421 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 4.400.122 em 31 de dezembro de 2014) e estão distribuídos conforme abaixo:

- **Caixa e equivalentes de caixa**

São considerados caixa e equivalentes de caixa: (i) os saldos das contas de caixa e bancos, e (ii) aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	105	96	58.535	47.426
Em moeda estrangeira	-	-	129.905	85.870
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos de renda fixa	62.620	119.131	2.013.782	2.690.638
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	.	-	15.699	3.435
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>62.725</u>	<u>119.227</u>	<u>2.217.921</u>	<u>2.827.369</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras da Sociedade e suas controladas, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão distribuídas conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	10.261	67.864	643.357	902.683
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	842.255	505.574
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>378.888</u>	<u>164.496</u>
Total de aplicações financeiras	<u>10.261</u>	<u>67.864</u>	<u>1.864.500</u>	<u>1.572.753</u>
Circulante	<u>10.261</u>	<u>67.864</u>	<u>1.464.313</u>	<u>1.441.813</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>400.187</u>	<u>130.940</u>

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 22).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

5 Contas a receber de clientes (Consolidado)

A composição do contas a receber é demonstrada conforme a seguir:

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Clientes nacionais	2.840.911	2.424.756
Financiamentos a clientes – Ipiranga	318.715	310.062
Clientes estrangeiros	268.523	191.533
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(199.761)</u>	<u>(178.444)</u>
	<u>3.228.388</u>	<u>2.747.907</u>
Circulante	<u>3.086.085</u>	<u>2.604.101</u>
Não circulante	<u>142.303</u>	<u>143.806</u>

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de provisões para créditos de liquidação duvidosa, é assim demonstrada:

	<u>Vencidos</u>						
	<u>Total</u>	<u>A vencer</u>	<u>< 30 dias</u>	<u>31 a 60 dias</u>	<u>61 a 90 dias</u>	<u>91 a 180 dias</u>	<u>> 180 dias</u>
30/09/2015	3.428.149	3.005.412	95.893	25.291	14.810	29.747	256.996
31/12/2014	2.926.351	2.515.782	128.778	25.479	12.457	23.542	220.313

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	178.444
Adições	30.564
Baixas por utilização	<u>(9.247)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2015	<u><u>199.761</u></u>

Para maiores informações sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 22 – Risco de crédito de clientes.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

6 Estoques (Consolidado)

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	30/09/2015			31/12/2014		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Produtos acabados	396.284	(6.521)	389.763	345.255	(7.849)	337.406
Produtos em elaboração	3.814	-	3.814	986	-	986
Matérias-primas	282.554	(676)	281.878	193.726	(2.661)	191.065
Gás liquefeito de petróleo - GLP	40.667	(5.761)	34.906	41.616	(5.761)	35.855
Combustíveis, lubrificantes e graxas	1.327.175	(853)	1.326.322	907.466	(619)	906.847
Materiais de consumo e outros itens para revenda	89.721	(2.578)	87.143	81.662	(3.594)	78.068
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	261.980	(28.171)	233.809	272.864	(25.841)	247.023
Adiantamentos a fornecedores	112.430	-	112.430	103.124	-	103.124
Imóveis para revenda	25.066	-	25.066	24.628	-	24.628
	<u>2.539.691</u>	<u>(44.560)</u>	<u>2.495.131</u>	<u>1.971.327</u>	<u>(46.325)</u>	<u>1.925.002</u>

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	46.325
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(1.344)
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	(421)
Saldo em 30 de setembro de 2015	<u>44.560</u>

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	30/09/2015	31/12/2014
Ajuste ao valor de realização	10.790	12.134
Obsolescência e outras perdas	33.770	34.191
Total	<u>44.560</u>	<u>46.325</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

7 Impostos a recuperar

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Programa de Integração Social - PIS e do IRPJ e da CSLL.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
IRPJ e CSLL	50.080	53.835	247.661	182.602
ICMS	-	-	326.696	296.747
Provisão para perdas de ICMS ⁽¹⁾	-	-	(66.372)	(67.657)
PIS e COFINS	-	-	242.156	207.694
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas Oxiteno México, Oxiteno Andina e Oxiteno Uruguay	-	-	48.222	40.035
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	-	-	4.226	4.157
Outros	-	-	6.156	5.288
Total	50.080	53.835	808.745	668.866
Circulante	41.896	30.713	759.084	593.462
Não circulante	8.184	23.122	49.661	75.404

⁽¹⁾ A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente e sua movimentação é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	67.657
Adições, líquidas de reversões	1.585
Baixas por recebimento	(2.870)
Saldo em 30 de setembro de 2015	<u>66.372</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***8 Partes relacionadas****a. Sociedades relacionadas**• **Controladora**

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Resultado financeiro</u>
	Debêntures ⁽¹⁾	Mútuos	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	750.000	1.287	108.061
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	94	-
Total em 30 de setembro de 2015	<u>750.000</u>	<u>1.381</u>	<u>108.061</u>

	<u>Ativo</u>			<u>Resultado financeiro</u>
	Contas a receber ⁽²⁾	Debêntures ⁽¹⁾	Total	
Companhia Ultragaz S.A.	14.685	-	14.685	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	2.026	-	2.026	-
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	2.532	-	2.532	-
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	3.545	-	3.545	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	7.090	776.578	783.668	88.537
Total em 31 de dezembro de 2014	<u>29.878</u>	<u>776.578</u>	<u>806.456</u>	
Total em 30 de setembro de 2014				<u>88.537</u>

⁽¹⁾ Em março de 2009, a Ipiranga efetuou sua primeira emissão privada de debêntures, em série única de 108 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo 75 debêntures subscritas pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2016 e remuneração semestral vinculada ao CDI.

⁽²⁾ Refere-se ao Plano de Ações (vide nota explicativa nº 8.c)

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- **Consolidado**

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber⁽¹⁾	A pagar⁽¹⁾
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	-	1.636
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.046	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	5.238	1.681
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	1.744
Outros	490	1.326	-	2
Total em 30 de setembro de 2015	<u>490</u>	<u>4.372</u>	<u>5.238</u>	<u>5.063</u>

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber⁽¹⁾	A pagar⁽¹⁾
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	10.368 ⁽²⁾	-	-	1.061
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.046	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	10.499	1.494
Outros	490	1.326	-	-
Total em 31 de dezembro de 2014	<u>10.858</u>	<u>4.372</u>	<u>10.499</u>	<u>2.555</u>

⁽¹⁾ Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes” e “fornecedores”, respectivamente.

⁽²⁾ Em 28 de janeiro de 2015, a controlada Oxiteno S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno S.A.”) capitalizou este Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – “AFAC” (vide nota explicativa nº 11.c).

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Operações comerciais	
	Vendas e serviços prestados	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	5	12.484
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	466.963
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	7.006	-
Total em 30 de setembro de 2015	<u>7.011</u>	<u>479.447</u>

	Operações comerciais	
	Vendas e serviços prestados	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	5	9.728
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	18.093
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	6.077	-
Total em 30 de setembro de 2014	<u>6.082</u>	<u>27.821</u>

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar") acima referem-se à adesão ao plano de marketing da Ipiranga e serviços prestados. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade e suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 14.k). Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Pessoal-chave da administração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Em adição, o diretor-presidente é beneficiário de plano de remuneração variável de longo prazo com o objetivo de alinhamento de interesses de longo prazo, fazendo jus a remuneração variável adicional em função do desempenho das ações entre 2013 e 2018, refletindo o objetivo de mais que dobrar o valor da ação da Sociedade em 5 anos. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 24.b).

A Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), conforme demonstrado abaixo:

	30/09/2015	30/09/2014
Remuneração de curto prazo	28.403	21.352
Remuneração em ações	4.704	4.061
Benefício pós-emprego	2.144	1.285
Remuneração de longo prazo	1.701	1.232
Total	<u>36.952</u>	<u>27.930</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Plano de ações

Em Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2001, foi aprovado plano de benefícios dos administradores da Sociedade e de suas controladas. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2003, foram aprovadas certas alterações ao plano original de 2001 (“Plano de Ações”). Conforme as regras do Plano de Ações, certos membros da administração da Sociedade e suas controladas recebem os direitos de voto e econômico de ações e a propriedade dessas ações é retida pelas controladas da Sociedade. O Plano de Ações prevê a transferência da nua-propriedade das ações após decorridos entre cinco e dez anos da concessão inicial condicionada à não-interrupção do vínculo entre o administrador beneficiado e a Sociedade e suas controladas. O número total de ações a ser utilizado para o Plano de Ações está sujeito à disponibilidade das ações em tesouraria. Cabe à diretoria da Ultrapar selecionar os membros da administração elegíveis ao plano e propor o número de ações em cada caso, para deliberação do Conselho de Administração. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a dez anos a partir da concessão.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos das outorgas reconhecidas acumuladas	Custos de outorgas não reconhecidas
9 de dezembro de 2014	590.000	2019 a 2021	50,64	41.210	(5.833)	35.377
5 de março de 2014	83.400	2019 a 2021	52,15	5.999	(1.613)	4.386
3 de fevereiro de 2014	150.000	2018 a 2020	55,36	11.454	(3.924)	7.530
7 de novembro de 2012	320.000	2017 a 2019	42,90	19.098	(9.543)	9.555
14 de dezembro de 2011	120.000	2016 a 2018	31,85	5.272	(3.432)	1.840
10 de novembro de 2010	260.000	2015 a 2017	26,78	9.602	(8.018)	1.584
16 de dezembro de 2009	166.656	2014 a 2016	20,75	7.155	(6.691)	464
8 de outubro de 2008	192.008	2013 a 2015	9,99	8.090	(8.090)	-
9 de novembro de 2006	207.200	2016	11,62	3.322	(2.962)	360
14 de dezembro de 2005	93.600	2015	8,21	1.060	(1.042)	18
	<u>2.182.864</u>			<u>112.262</u>	<u>(51.148)</u>	<u>61.114</u>

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, a amortização de R\$ 12.761 (R\$ 8.855 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014) foi registrada como despesa geral e administrativa.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.212.864
Cancelamento de ações devido a interrupção de vínculo empregatício do administrador beneficiado	<u>(30.000)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2015	<u>2.182.864</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	53.707	55.527
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	15	138.135	128.365
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	44.123	40.729
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	1.257	457
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	37.684	48.162
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	-	-	71.825	68.458
Provisão para retirada de tanques	-	-	21.956	21.116
Demais provisões	15.722	1.464	128.485	59.802
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	-	-	59.564	39.957
Total	15.742	1.479	556.736	462.573
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	2.920	3.009
Arrendamento mercantil	-	-	4.556	4.948
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	209.630	77.266
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	16.408	11.183
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	47.342	49.181
Diferenças temporárias de controladas no exterior	-	-	8.043	5.097
Demais provisões	-	-	2.180	2.163
Total	-	-	291.079	152.847

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	30/09/2015	30/09/2014
Saldo inicial	309.726	274.633
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período	(51.069)	(1.163)
Saldo inicial da Extrafarma (31 de janeiro de 2014)	-	41.384
Outros	7.000	(933)
Saldo final	<u>265.657</u>	<u>313.921</u>

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	-	172.449
De 1 a 2 anos	3.041	95.471
De 2 a 3 anos	3.020	47.927
De 3 a 5 anos	6.040	76.213
De 5 a 7 anos	3.269	112.843
De 7 a 10 anos	372	51.832
	<u>15.742</u>	<u>556.736</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Lucro antes da tributação e equivalência patrimonial	39.658	8.846	1.508.670	1.280.937
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(13.484)	(3.008)	(512.948)	(435.519)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	(127)	(340)	(48.581)	(23.346)
Receitas não tributáveis (ii)	-	-	2.803	1.948
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	9.798	10.733
Demais ajustes	19	21	2.712	8.089
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	(13.592)	(3.327)	(546.216)	(438.095)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	59.002	47.441
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	(13.592)	(3.327)	(487.214)	(390.654)
Corrente	(27.856)	(2.476)	(495.147)	(436.932)
Diferido	14.264	(851)	(51.069)	(1.163)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	59.002	47.441
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	34,3	37,6	32,3	30,5

- (i) As despesas indedutíveis consistem de algumas despesas que não podem ser deduzidas para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;
- (ii) As receitas não tributáveis consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram esta forma alternativa de tributação, segundo a qual o imposto de renda e a contribuição social foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob este método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Incentivos fiscais - SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”):

<u>Controlada</u>	<u>Unidades</u>	<u>Incentivo - %</u>	<u>Término</u>
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari	75	2016
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Caucaia ⁽¹⁾	75	2012
	Base de Mataripe ⁽²⁾	75	2013
	Base de Aracaju	75	2017
	Base de Suape	75	2018
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Suape	75	2020
	Terminal de Aratu	75	2022
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2021

Em 30 de dezembro de 2014 foi protocolado pelo Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar (“Tequimar”) na SUDENE pleito requerendo o reconhecimento do incentivo de redução, em virtude da implantação do Terminal de Itaqui, em São Luis - Maranhão.

⁽¹⁾ Será ainda protocolado na SUDENE no 2º semestre de 2015 pleito requerendo o reconhecimento de prorrogação do incentivo por mais 10 anos, em face do aumento de produção verificado na base de Caucaia.

⁽²⁾ Foi protocolado na SUDENE, pleito requerendo o reconhecimento de prorrogação do incentivo por mais 10 anos, em virtude de modernização efetuada na base de Mataripe.

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar

Em 30 de setembro de 2015, a Sociedade e certas controladas possuem prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 191.614 (R\$ 126.624 em 31 de dezembro de 2014) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 129.560 (R\$ 92.232 em 31 de dezembro de 2014), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do período, sem prazo de prescrição. Sobre estes valores foram constituídos tributos diferidos no montante de R\$ 59.564 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 39.957 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***10 Despesas antecipadas (Consolidado)**

	30/09/2015	31/12/2014
Aluguéis	112.173	99.285
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	49.308	61.183
Propaganda e publicidade	14.668	6.103
Prêmios de seguros	14.444	20.295
Manutenção de <i>software</i>	10.892	6.790
Compras de vale alimentação e transporte	1.543	1.559
Tributos e demais despesas antecipadas	4.709	3.281
	<u>207.737</u>	<u>198.496</u>
Circulante	<u>75.283</u>	<u>67.268</u>
Não circulante	<u>132.454</u>	<u>131.228</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***11 Investimentos****a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)**

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

	30/09/2015				Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas				
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Isa-Sul Administração e Participações Ltda.	
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	995.696.017	5.078.888
Ativo	1.088.579	3.717.780	11.506.644	1.039.265	377.087
Passivo	4.131	670.583	8.971.551	48.895	256.855
Patrimônio líquido	1.084.448	3.047.256(*)	2.535.093	990.370	120.232
Receita líquida de vendas e serviços	-	890.755	47.437.973	13.490	726.730
Lucro (prejuízo) líquido do período	(445)	335.500(*)	632.909	6.866	25.432
Participação no capital social - %	100	100	100	99	33
	31/12/2014				
	Controladas				Empreendimento controlado em conjunto
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Isa-Sul Administração e Participações Ltda.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	995.696.017	5.078.888
Ativo	1.168.896	3.546.989	10.668.027	995.028	263.527
Passivo	84.003	526.423	8.654.065	11.524	191.018
Patrimônio líquido	1.084.893	3.020.625(*)	2.013.962	983.504	72.509
Participação no capital social - %	100	100	100	99	33

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	30/09/2014				Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas				Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	152.240.000	5.078.888
Receita líquida de vendas e serviços	-	752.507	43.300.101	782.841(**)	145.254
Lucro (prejuízo) líquido do período	77.656	184.939(*)	600.468	4.381(**)	(2.391)
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

(*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.

(**) informações referentes ao período de 1 de fevereiro a 30 de setembro de 2014.

Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras das operações das controladas encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 21.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Investimentos em controladas				Empreendimento controlado em conjunto		
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.064.959	2.892.330	2.154.904	-	6.112.193	22.751	6.134.944
Equivalência patrimonial	77.656	184.939	600.468	4.381	867.444	(794)	866.650
Dividendos e juros sobre o capital próprio (bruto)	-	-	(771.416)	-	(771.416)	-	(771.416)
Aporte de capital em dinheiro	-	-	-	236.100	236.100	-	236.100
Aquisição de ações ou quotas	-	-	-	(46.440)	(46.440)	-	(46.440)
Ágio provisório da aquisição	-	-	-	795.729	795.729	-	795.729
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(31)	-	(31)	-	(31)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	2	8	-	10	-	10
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	(18.351)	-	-	(18.351)	-	(18.351)
Saldo em 30 de setembro de 2014	1.142.615	3.058.920	1.983.933	989.770	7.175.238	21.957	7.197.195

	Investimentos em controladas				Empreendimento controlado em conjunto		
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Isa-sul Administração e Participações Ltda.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.084.893	3.020.625	2.013.962	980.044	7.099.524	24.076	7.123.600
Equivalência patrimonial	(445)	335.500	632.909	6.842	974.806	8.444	983.250
Dividendos e juros sobre o capital próprio (bruto)	-	(431.383)	(142.303)	-	(573.686)	-	(573.686)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(110)	-	(110)	-	(110)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(9)	30.635	-	30.626	7.402	38.028
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	122.523	-	-	122.523	-	122.523
Saldo em 30 de setembro de 2015	1.084.448	3.047.256	2.535.093	986.886	7.653.683	39.922	7.693.605

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)

A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”) participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de granéis líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A (“IPP”) participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento eletrônico de pedágios, estacionamentos e combustíveis. A ConectCar, constituída em novembro de 2012, atualmente opera nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal.

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações trimestrais de 30 de setembro de 2015.

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

	Movimentação dos investimentos			
	União Vopak	RPR	ConectCar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.960	24.076	25.472	54.508
Aporte de capital	-	-	31.000	31.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	7.402	-	7.402
Equivalência patrimonial	654	8.444	(17.297)	(8.199)
Dividendos recebidos	<u>(750)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(750)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2015	<u>4.864</u>	<u>39.922</u>	<u>39.175</u>	<u>83.961</u>

	Movimentação dos investimentos			
	União Vopak	RPR	ConectCar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.916	22.751	15.719	44.386
Aporte de capital	-	-	19.000	19.000
Equivalência patrimonial	478	(794)	(11.926)	(12.242)
Dividendos recebidos	<u>(1.136)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.136)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2014	<u>5.258</u>	<u>21.957</u>	<u>22.793</u>	<u>50.008</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	30/09/2015		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	3.988	270.983	41.241
Ativo não circulante	6.870	106.105	76.805
Passivo circulante	1.130	181.169	39.696
Passivo não circulante	-	75.687	-
Patrimônio líquido	9.728	120.232	78.350
Receita líquida	9.184	726.730	12.134
Custos e despesas operacionais	(7.484)	(683.251)	(65.158)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(392)	(18.047)	(18.429)
Lucro (prejuízo) líquido	1.308	25.432	(34.595)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	82.500.000
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

	31/12/2014		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	2.762	160.789	38.852
Ativo não circulante	8.066	102.738	53.236
Passivo circulante	908	101.083	41.143
Passivo não circulante	-	89.935	-
Patrimônio líquido	9.920	72.509	50.945
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	57.500.000
Participação no capital social - %	50	33	50

	30/09/2014		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Receita líquida	8.942	145.254	5.493
Custos e despesas operacionais	(7.618)	(145.901)	(41.593)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(368)	(1.744)	12.248
Lucro (prejuízo) líquido	956	(2.391)	(23.852)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	50.000.000
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Sociedades coligadas (Consolidado)

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. (“Oxicap”), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá.

A controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno Nordeste”) participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Companhia Ultragaz S.A. (“Cia. Ultragaz”) participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada IPP participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

O investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 31 de agosto de 2015, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas informações trimestrais de 30 de setembro de 2015.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

	Movimentação dos investimentos				Total
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.212	3.090	3.676	165	13.143
Aumento de capital	-	10.368 ⁽¹⁾	-	-	10.368
Dividendos recebidos	(1.923)	(3.454)	-	-	(5.377)
Equivalência patrimonial	<u>1.255</u>	<u>1.746</u>	<u>4</u>	<u>(38)</u>	<u>2.967</u>
Saldo em 30 de setembro de 2015	<u>5.544</u>	<u>11.750</u>	<u>3.680</u>	<u>127</u>	<u>21.101</u>

⁽¹⁾ Conforme nota explicativa nº 8.a) – Consolidado, no 1º trimestre de 2015 foi realizado aumento de capital na Oxicap. Com isso a participação na coligada foi alterada de 25% para 15%, aproximadamente.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Movimentação dos investimentos			
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.962	2.144	3.635	11.741
Equivalência patrimonial	809	570	43	1.422
Dividendos recebidos	<u>(725)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(725)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2014	<u>6.046</u>	<u>2.714</u>	<u>3.678</u>	<u>12.438</u>

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	30/09/2015				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	4.147	42.505	77	810	660
Ativo não circulante	19.074	71.969	10.392	1.682	2.830
Passivo circulante	715	9.494	-	404	103
Passivo não circulante	331	4.199	3.109	1.708	3.004
Patrimônio líquido	22.175	100.781	7.360	380	383
Receita líquida	8.670	30.869	-	-	-
Custos, despesas operacionais e resultado na venda de bens	(3.547)	(4.922)	(30)	(121)	538
Resultado financeiro e imposto de renda	(2)	(8.948)	38	8	7
Lucro (prejuízo) líquido	5.121	16.999	8	(113)	545
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	31/12/2014				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	5.832	12.434	103	923	231
Ativo não circulante	19.978	77.199	10.358	1.682	2.830
Passivo circulante	632	2.771	-	403	80
Passivo não circulante	332	74.502	3.109	1.708	3.144
Patrimônio líquido	24.846	12.360	7.352	494	(163)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33
	30/09/2014				
Receita líquida	6.745	25.150	-	-	-
Custos e despesas operacionais	(3.422)	(21.726)	(30)	388	379
Resultado financeiro e imposto de renda	(86)	(1.146)	116	965	(6)
Lucro líquido	3.237	2.278	86	1.353	373
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12 Imobilizado (Consolidado)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2014	Adições	Depreciações	Transferências	Baixas	Varição cambial	Saldo em 30/09/2015
Custo:								
Terrenos	-	476.107	9.657	-	3.061	(4.800)	13.492	497.517
Edificações	30	1.275.728	4.740	-	61.084	(3.402)	74.505	1.412.655
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	631.342	12.489	-	40.861	(2.882)	6	681.816
Máquinas e equipamentos	13	3.909.475	81.145	-	36.139	(2.362)	407.615	4.432.012
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis								
claros/lubrificantes	14	2.096.563	66.591	-	39.763	(14.212)	-	2.188.705
Tanques e vasilhames para GLP	12	494.691	73.660	-	2.617	(27.105)	-	543.863
Veículos	7	244.467	17.465	-	6.758	(11.340)	3.405	260.755
Móveis e utensílios	9	156.115	9.709	-	3.839	(349)	14.223	183.537
Obras em andamento	-	372.974	211.743	-	(180.628)	(2.205)	44.427	446.311
Adiantamentos a fornecedores	-	19.527	4.740	-	(14.719)	-	464	10.012
Importações em andamento	-	59	379	-	(367)	-	-	71
Equipamentos de informática	5	239.930	14.148	-	873	(3.971)	1.719	252.699
		<u>9.916.978</u>	<u>506.466</u>	<u>-</u>	<u>(719)</u>	<u>(72.628)</u>	<u>559.856</u>	<u>10.909.953</u>
Depreciação acumulada:								
Edificações		(565.308)	-	(30.112)	-	1.563	(45.664)	(639.521)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(313.647)	-	(35.809)	-	2.073	(6)	(347.389)
Máquinas e equipamentos		(2.158.390)	-	(174.380)	(359)	1.332	(359.168)	(2.690.965)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis								
claros/lubrificantes		(1.164.074)	-	(86.116)	-	6.965	-	(1.243.225)
Tanques e vasilhames para GLP		(231.001)	-	(25.491)	-	10.926	-	(245.566)
Veículos		(90.004)	-	(11.150)	362	7.119	(2.840)	(96.513)
Móveis e utensílios		(105.483)	-	(7.436)	-	249	(12.330)	(125.000)
Equipamentos de informática		(189.859)	-	(12.430)	(3)	2.843	(1.216)	(200.665)
		<u>(4.817.766)</u>	<u>-</u>	<u>(382.924)</u>	<u>-</u>	<u>33.070</u>	<u>(421.224)</u>	<u>(5.588.844)</u>
Provisão para perdas:								
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	(197)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(462)	-	-	-	-	(209)	(671)
Máquinas e equipamentos		(5.895)	-	-	-	413	(708)	(6.190)
Equipamentos de informática		(683)	-	-	-	680	-	(3)
Móveis e utensílios		(4)	-	-	-	1	-	(3)
		<u>(7.241)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.094</u>	<u>(917)</u>	<u>(7.064)</u>
Custo líquido		<u>5.091.971</u>	<u>506.466</u>	<u>(382.924)</u>	<u>(719)</u>	<u>(38.464)</u>	<u>137.715</u>	<u>5.314.045</u>

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações e reformas dos parques industriais e terminais e à construção e modernização de postos de serviços e bases de distribuição de combustíveis.

Os adiantamentos efetuados a fornecedores de bens patrimoniais referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de equipamentos para expansão das unidades industriais, terminais e bases, modernização de postos de combustíveis e aquisição de imóveis operacionais.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***13 Intangível (Consolidado)**

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada conforme a seguir:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2014	Adições	Amortizações	Transfe-rências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/09/2015
Custo:								
Ágio (i)	-	1.456.179	-	-	-	-	-	1.456.179
Software (ii)	5	451.936	61.834	-	243	(3)	5.485	519.495
Tecnologia (iii)	5	32.617	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (iv)	10	31.881	2.144	-	-	-	-	34.025
Fundo de comércio (v)	5	2.762.985	358.427	-	17	-	-	3.121.429
Marcas (vi)	-	105.458	-	-	2	-	16.327	121.787
Outros (vii)	4	38.606	149	-	(95)	-	2.252	40.912
		<u>4.879.662</u>	<u>422.554</u>	<u>-</u>	<u>167</u>	<u>(3)</u>	<u>24.064</u>	<u>5.326.444</u>
Amortização acumulada:								
Software		(303.780)	-	(32.702)	-	3	(2.885)	(339.364)
Tecnologia		(29.471)	-	(1.339)	-	-	-	(30.810)
Direitos de propriedade comercial		(14.545)	-	(1.974)	-	-	-	(16.519)
Fundo de comércio		(1.366.128)	-	(317.334)	(1.147)	-	-	(1.684.609)
Outros		(7.625)	-	(5.865)	96	-	(21)	(13.415)
		<u>(1.721.549)</u>	<u>-</u>	<u>(359.214)</u>	<u>(1.051)</u>	<u>3</u>	<u>(2.906)</u>	<u>(2.084.717)</u>
Custo líquido		<u>3.158.113</u>	<u>422.554</u>	<u>(359.214)</u>	<u>(884)</u>	<u>-</u>	<u>21.158</u>	<u>3.241.727</u>

i) Os ágios gerados na aquisição de empresas foram amortizados até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. O saldo líquido remanescente é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade.

A Sociedade possui os seguintes saldos de ágio:

	Segmento	30/09/2015	31/12/2014
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	661.553	661.553
Ipiranga	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
Oxitenio Uruguay	Oxitenio	44.856	44.856
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultrazag	13.403	13.403
Outros		2.278	2.278
		<u>1.456.179</u>	<u>1.456.179</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados.

A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2014 variaram de 9,3% a 26,4% e 0% a 3,8% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

O teste de recuperação dos saldos de ágios da Sociedade não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

ii) Software inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros.

iii) As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Oleoquímica”) registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, alcoóis graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

iv) Direitos de propriedade comercial incluem os descritos a seguir:

- A controlada Tequimar possui contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 12.000, o qual está sendo amortizado de agosto de 2002 a julho de 2042.
- A controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de granéis líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 4.334, o qual está sendo amortizado de agosto de 2005 a dezembro de 2022.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- A controlada Extrafarma realiza pagamentos de luvas para obtenção de certos pontos comerciais para abertura de drogarias, os quais são demonstrados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear considerando os prazos dos contratos de locação. Em eventual desativação das lojas, o valor residual é registrado no resultado.

v) Fundo de comércio refere-se principalmente aos desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores. Os desembolsos de bonificação são registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como despesa no resultado pelo prazo do contrato (tipicamente 5 anos) e são revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos.

vi) Marcas representam os custos de aquisição da marca 'am/pm' no Brasil e da marca Extrafarma.

vii) Outros intangíveis referem-se principalmente ao programa de fidelidade Club Extra.

As despesas de amortização foram reconhecidas nas informações trimestrais, conforme demonstrado abaixo:

	30/09/2015	30/09/2014
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	8.214	6.427
Despesas com vendas e comerciais	319.468	266.565
Despesas gerais e administrativas	31.532	26.996
	<u>359.214</u>	<u>299.988</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

14 Financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro (Consolidado)

a. Composição

Descrição	30/09/2015	31/12/2014	Índice/Moeda	Encargos	Vencimento
				financeiros médios ponderados em 30/09/2015 - % a.a.	
Moeda estrangeira:					
Financiamento externo (c.1) (*)	1.061.844	603.002	US\$ + LIBOR (i)	+0,6	2017 a 2018
Notas no mercado externo (b)	1.012.738	664.078	US\$	+7,3	2015
Financiamento externo (c.1) (*)	553.232	-	US\$	+2,1	2017 a 2018
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	303.760	184.057	US\$	+1,4	< 352 dias
Financiamento externo (c.2)	237.997	158.039	US\$ + LIBOR (i)	+1,0	2017
Instituições financeiras (e)	150.996	113.873	US\$	+2,8	2015 a 2017
Instituições financeiras (e)	80.482	53.254	US\$ + LIBOR (i)	+2,0	2016 a 2017
Adiantamento de Cambiais Entregues	45.074	25.409	US\$	+1,1	< 121 dias
BNDES (d)	31.625	33.160	US\$	+6,0	2015 a 2020
Instituições financeiras (e)	28.323	32.343	MX\$ + THIE (ii)	+1,0	2016
Subtotal	<u>3.506.071</u>	<u>1.867.215</u>			
Moeda nacional:					
Banco do Brasil pós-fixado (f)	3.022.660	2.873.622	CDI	105,0	2016 a 2019
Debêntures – Ipiranga (g.2 e g.3)	1.463.614	1.409.540	CDI	107,9	2017 a 2018
Debêntures – 5ª emissão (g.4)	803.732	-	CDI	108,3	2018
BNDES (d)	439.079	530.983	TJLP (iii)	+2,6	2015 a 2021
Nota de crédito à exportação pós-fixada (h)	158.647	-	CDI	101,5	2018
Banco do Nordeste do Brasil	70.823	85.068	R\$	+8,5 (v)	2015 a 2021
FINEP	64.981	74.774	R\$	+4,0	2015 a 2021
BNDES (d)	54.912	62.581	R\$	+4,7	2015 a 2022
Arrendamento mercantil financeiro (i)	45.951	45.883	IGP-M (iv)	+5,6	2015 a 2031
Nota de crédito à exportação (h) (*)	26.515	25.744	R\$	+8,0	2016
BNDES (d)	19.199	-	SELIC (vi)	+2,2	2015 a 2021
FINEP	8.445	9.078	TJLP (iii)	-1,3	2015 a 2023
Empréstimo de capital de giro pré-fixado Extrafarma	1.738	3.445	R\$	+10,3	2015 a 2016
Arrendamento mercantil financeiro pós-fixado (i)	362	475	CDI	+2,8	2015 a 2017
FINAME	308	484	TJLP (iii)	+5,6	2015 a 2022
Arrendamento mercantil financeiro pré-fixado (i)	132	686	R\$	+15,4	2015 a 2017
Banco do Brasil pré-fixado (f) (*)	-	503.898			
Debêntures – 4ª emissão (g.1)	-	874.312			
Subtotal	<u>6.181.098</u>	<u>6.500.573</u>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros	<u>53.879</u>	<u>7.424</u>			
Total	<u>9.741.048</u>	<u>8.375.212</u>			
Circulante	<u>2.169.446</u>	<u>3.442.364</u>			
Não circulante	<u>7.571.602</u>	<u>4.932.848</u>			

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 22 – Contabilidade de proteção).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (i) LIBOR = London Interbank Offered Rate.
- (ii) MX\$ = peso mexicano; TIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.
- (iii) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 30 de setembro de 2015, a TJLP estava fixada em 6,5% a.a.
- (iv) IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
- (v) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 30 de setembro de 2015, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%.
- (vi) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	30/09/2015	31/12/2014
De 1 a 2 anos	2.634.896	571.991
De 2 a 3 anos	2.588.297	2.390.747
De 3 a 4 anos	2.248.825	894.301
De 4 a 5 anos	46.135	1.006.869
Mais de 5 anos	<u>53.449</u>	<u>68.940</u>
	<u><u>7.571.602</u></u>	<u><u>4.932.848</u></u>

Conforme IAS 39 (CPC 8 (R1)), os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.j).

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 22).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Notas no mercado externo

Em dezembro de 2005, a controlada LPG International Inc. (“LPG”) emitiu US\$ 250 milhões de notas no mercado externo, com vencimento em dezembro de 2015 e encargo financeiro de 7,3% a.a., pagos semestralmente. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela sua controlada Oxiten S.A.

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Limitação de transações com acionistas que possuam mais de 5% de qualquer classe do capital da Sociedade, as quais não sejam tão favoráveis quanto se obteria em mercado.
- Obrigação de deliberação do Conselho de Administração da Sociedade para transações com acionistas que possuam mais de 5% de qualquer classe do capital da Sociedade, ou com controlada destas, em montante superior a US\$ 15 milhões (excetuando-se transações da Sociedade com suas controladas e entre suas controladas).
- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas LPG e Oxiten S.A.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

c. Financiamentos externos

- 1) A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 440 milhões. A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 102,1% do CDI (vide nota explicativa nº 22). A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos de principal distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ (milhões)	Custo em % do CDI
mar/17	70,0	99,5
set/17	150,0	103,7
jul/18	60,0	103,0
set/18	80,0	101,5
nov/18 ⁽¹⁾	80,0	101,4
Total / custo médio	<u>440,0</u>	<u>102,1</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

⁽¹⁾ A controlada IPP renegociou financiamento externo, com vencimento em novembro de 2015, no valor principal de US\$ 80 milhões, alterando seu vencimento para novembro de 2018.

- 2) A controlada Oxiteno Overseas Corp. (“Oxiteno Overseas”) possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões, com vencimento em janeiro de 2017 e encargo financeiro de LIBOR + 1,0% a.a., pago semestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragas, contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos do financiamento externo para 94,0% do CDI (vide nota explicativa nº 22). O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno S.A.

Em decorrência destes financiamentos, algumas obrigações mencionadas na nota explicativa nº 14.b) também devem ser mantidas pela Sociedade e suas controladas. Adicionalmente, durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas informações trimestrais consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

d. BNDES

A Sociedade e suas controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Instituições financeiras

As controladas Oxiteno México S.A. de C.V, Oxiteno USA LLC e Oxiteno Uruguay possuem empréstimos para financiamento de investimentos e de capital de giro.

f. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol).

A controlada IPP renegociou empréstimo junto ao Banco do Brasil, com vencimento em fevereiro de 2015, no valor principal total de R\$ 333 milhões, alterando seus vencimentos para julho de 2017 e janeiro de 2018 com taxa pós-fixada de 106% do CDI.

A controlada IPP renegociou empréstimo junto ao Banco do Brasil, com vencimento em maio de 2015, no valor principal total de R\$ 200 milhões, alterando seus vencimentos para novembro de 2017 e abril de 2018 com taxa pós-fixada de 107% do CDI.

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 30 de setembro de 2015):

Vencimento	
fev/16	218.356
mai/16	128.906
jan/17	1.107.408
jul/17	171.343
nov/17	105.136
jan/18	171.343
abr/18	105.136
mai/19	1.015.032
Total	<u>3.022.660</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Debêntures

- 1) Em março de 2012, a Sociedade efetuou sua quarta emissão de debêntures, em série única de 800 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2015
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,3% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

As debêntures foram liquidadas pela Sociedade na data do seu vencimento.

- 2) Em dezembro de 2012, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão pública de debêntures em série única de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de novembro de 2017
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 3) Em janeiro de 2014, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão pública de debêntures em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	20 de dezembro de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- 4) Em março de 2015, a Sociedade efetuou sua quinta emissão de debêntures, em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,25% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Os recursos obtidos com essa emissão foram destinados à gestão de liquidez da emissora, de forma a reforçar o seu caixa e alongar o perfil da dívida, proporcionando maior flexibilidade financeira.

h. Nota de crédito à exportação

A controlada Oxiteno Nordeste possui contratos de nota de crédito à exportação nos montantes de R\$ R\$ 17,5 milhões e R\$ 10,0 milhões, com vencimentos em março e agosto de 2016, respectivamente e encargos financeiros pré-fixados de 8% a.a., pagos trimestralmente. Em maio de 2015, a controlada Oxiteno Nordeste contratou nota de crédito a exportação de R\$ 156,8 milhões com vencimento em maio de 2018 e encargos financeiros pós-fixados de 101,5% do CDI, pagos trimestralmente.

Para os contratos pré-fixados, a controlada Oxiteno Nordeste contratou instrumentos de proteção de taxa de juros, convertendo os encargos pré-fixados para 88,8% do CDI (vide nota explicativa nº 22), designando os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo. Desta forma, tanto os empréstimos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Contratos de arrendamento mercantil financeiro

A controlada Cia. Ultragaz mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relativo à locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031.

A controlada Extrafarma mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a equipamentos de informática, veículos, móveis, máquinas e equipamentos, com prazos que variam de 24 a 60 meses.

Os valores do imobilizado e do intangível, líquidos de depreciação e amortização, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, estão abaixo demonstrados:

	30/09/2015				
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos	Móveis, máquinas e equipamentos	Total
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	21.098	514	78	-	21.690
Financiamento (valor presente)	<u>45.951</u>	<u>464</u>	<u>30</u>	-	<u>46.445</u>
Circulante	2.083	266	30	-	2.379
Não circulante	43.868	198	-	-	44.066
	31/12/2014				
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos	Móveis, máquinas e equipamentos	Total
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	24.720	883	1.483	1.283	28.369
Financiamento (valor presente)	<u>45.883</u>	<u>874</u>	<u>163</u>	<u>124</u>	<u>47.044</u>
Circulante	1.950	515	145	124	2.734
Não circulante	43.933	359	18	-	44.310

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

30/09/2015					
	Bases de engarrifamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos	Total	
Até 1 ano	4.371	296	32	4.699	
De 1 a 2 anos	4.371	218	-	4.589	
De 2 a 3 anos	4.371	11	-	4.382	
De 3 a 4 anos	4.371	-	-	4.371	
De 4 a 5 anos	4.371	-	-	4.371	
Mais de 5 anos	<u>46.258</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>46.258</u>	
Total	<u>68.113</u>	<u>525</u>	<u>32</u>	<u>68.670</u>	

31/12/2014					
	Bases de engarrifamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos	Móveis e utensílios	Total
Até 1 ano	4.238	566	155	123	5.082
De 1 a 2 anos	4.238	288	18	-	4.544
De 2 a 3 anos	4.238	155	-	-	4.393
De 3 a 4 anos	4.238	-	-	-	4.238
De 4 a 5 anos	4.238	-	-	-	4.238
Mais de 5 anos	<u>48.024</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48.024</u>
Total	<u>69.214</u>	<u>1.009</u>	<u>173</u>	<u>123</u>	<u>70.519</u>

As contraprestações acima incluem os valores de Imposto sobre Serviços ("ISS"), a serem pagos em contraprestações mensais, exceto para os desembolsos referentes às bases de engarrifamento de GLP.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2014	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 30/09/2015
Banco do Brasil (f)	0,3	14.474	600	(2.546)	12.528
Financiamento externo (c)	0,3	3.016	3.151	(704)	5.463
Debêntures (g)	0,0	2.157	958	(1.164)	1.951
Notas no mercado externo (b)	0,2	1.309	-	(819)	490
Outros	0,7	318	207	(66)	459
Total		21.274	4.916	(5.299)	20.891

O montante a apropriar ao resultado nos próximos períodos tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Banco do Brasil (f)	2.764	3.331	3.763	2.670	-	-	12.528
Financiamento externo (c)	2.624	1.835	905	99	-	-	5.463
Debêntures (g)	626	701	533	91	-	-	1.951
Notas no mercado externo (b)	490	-	-	-	-	-	490
Outros	156	210	55	27	11	-	459
Total	6.660	6.077	5.256	2.887	11	-	20.891

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Garantias

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 51.631 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 50.570 em 31 de dezembro de 2014) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 5.343.754 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 3.779.450 em 31 de dezembro de 2014).

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 182.937 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 173.644 em 31 de dezembro de 2014) e garantias relacionadas a importação de matéria-prima da controlada Ipiranga no montante de R\$ 60.785 em 30 de setembro de 2015.

Algumas controladas da Oxiteno emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 27.568 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 26.684 em 31 de dezembro de 2014), com vencimentos de até 213 dias. Até 30 de setembro de 2015, as controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido em demais contas a pagar no passivo circulante é de R\$ 664 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 646 em 31 de dezembro de 2014), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

A Sociedade e suas controladas têm em certos financiamentos cláusulas de inadimplência cruzada que as obrigam a pagar a dívida contratada no caso de inadimplência de outras dívidas em valor igual ou superior a US\$ 15 milhões. Em 30 de setembro de 2015, não havia casos de inadimplência em relação às dívidas da Sociedade e de suas controladas.

15 Fornecedores (Consolidado)

	30/09/2015	31/12/2014
Fornecedores nacionais	854.592	1.196.876
Fornecedores estrangeiros	<u>93.829</u>	<u>82.626</u>
	<u>948.421</u>	<u>1.279.502</u>

As controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil. As controladas da Sociedade dependem da capacidade desses fornecedores de fornecer produtos em tempo hábil e por preços e termos favoráveis. A perda de algum dos principais fornecedores ou uma redução significativa na disponibilidade do produto desses fornecedores poderia ter um efeito negativo significativo na Sociedade e suas controladas. A Sociedade e suas controladas acreditam que os relacionamentos com seus fornecedores são satisfatórios.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***16 Salários e encargos sociais (Consolidado)**

	30/09/2015	31/12/2014
Provisões sobre folha de pagamento	194.630	128.181
Participação nos lucros, bônus e prêmios	140.802	108.632
Encargos sociais	32.787	44.747
Salários e honorários	17.635	10.904
Benefícios	2.141	1.617
Outros	724	498
	<u>388.719</u>	<u>294.579</u>

17 Obrigações tributárias (Consolidado)

	30/09/2015	31/12/2014
ICMS	119.359	93.761
IVA das controladas Oxiteno México, Oxiteno Andina e Oxiteno Uruguay	19.386	14.822
PIS e COFINS	10.310	11.922
ISS	6.026	6.304
IPI	9.542	3.858
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	2.488	2.991
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	13.201	2.267
Outros	4.630	2.910
	<u>184.942</u>	<u>138.835</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

18 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da Ipiranga localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.m).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

	30/09/2015	30/09/2014
Saldo inicial	70.802	69.661
Adições (novos tanques)	520	512
Gastos com tanques retirados	(3.429)	(3.080)
Despesa com atualização	5.493	3.405
	<hr/>	<hr/>
Saldo final	<u>73.386</u>	<u>70.498</u>
Circulante	5.140	4.558
Não circulante	68.246	65.940

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

19 Receita diferida (Consolidado)

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	30/09/2015	31/12/2014
Taxa inicial de franquia <i>am/pm</i> e <i>Jet Oil</i>	14.113	14.785
Programa de fidelidade Km de Vantagens	10.223	10.025
Programa de fidelidade Club Extra	7.826	6.349
	32.162	31.159
Circulante	23.319	23.450
Não circulante	8.843	7.709

Programa de fidelidade

A controlada IPP possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens (www.kmdevantagens.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postoipiranganaweb.com.br) são considerados parte da receita de vendas.

A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Club Extra (www.clubextra.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por prêmios oferecidos pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e para recarga de crédito em telefonia celular e são considerados parte da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dos pontos. A receita diferida é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado. A receita diferida de pontos não resgatados também é reconhecida no resultado quando os pontos expiram.

Taxa inicial de franquia

A *am/pm* é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga, que em 30 de setembro de 2015 eram representadas por 1.761 lojas (1.708 lojas em 31 de dezembro de 2014). O *Jet Oil* é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga, que em 30 de setembro de 2015 eram representadas por 1.374 lojas (1.337 lojas em 31 de dezembro de 2014). A taxa inicial de franquia recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado linearmente ao longo do período dos contratos com os franqueados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Sociedade é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código UGPA3 e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) através de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP. Em 30 de setembro de 2015, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 556.405.096 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na BM&FBOVESPA em 30 de setembro de 2015 era de R\$ 66,80.

Em 30 de setembro de 2015, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 30 de setembro de 2015 estavam em circulação no exterior 30.188.597 ações ordinárias na forma de ADRs (31.714.297 ações em 31 de dezembro de 2014).

b. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997.

Em 10 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou programa de recompra de ações de sua emissão (“Programa de Recompra 2014/15”), com prazo máximo de 365 dias contados a partir de 12 de dezembro de 2014 e quantidade máxima de ações a ser adquirida de 6.500.000 ações ordinárias. Até 30 de setembro de 2015 foram adquiridas pela Sociedade 4.717.200 ações ao custo médio de R\$ 61,78 por ação.

Em 30 de setembro de 2015, 11.895.356 ações ordinárias (7.148.156 ações em 31 de dezembro de 2014) eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, adquiridas ao custo médio de R\$ 33,20 (R\$ 14,42 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para manutenção em tesouraria nas controladas da Sociedade, ao preço médio de R\$ 26,09 por ação. Tais ações foram utilizadas para concessão de usufruto a executivos dessas controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c).

d. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

e. Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

Constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido à reserva estatutária para investimentos, até o limite de 100% do capital social.

As reservas de retenção de lucros e estatutária para investimentos são livres para distribuição aos acionistas e totalizavam R\$ 2.772.527 em 30 de setembro de 2015 e 31 dezembro de 2014.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Outros resultados abrangentes

Ajustes de avaliação patrimonial

São reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, as diferenças entre o valor justo e o custo amortizado das aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado, caso ocorra a liquidação antecipada dos instrumentos financeiros.

Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com (i) moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e (ii) administração própria, é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

A composição e movimentação dos outros resultados abrangentes da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>			<u>Ajustes acumulados de conversão</u>
	<u>Valor justo de aplicações financeiras disponíveis para venda</u>	<u>Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego</u>	<u>Total</u>	
Em 31 de dezembro de 2014	51	7.098	7.149	43.192
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, incluindo os efeitos de variação cambial dos instrumentos de <i>hedge</i> de investimentos	-	-	-	122.523
Variação de valor justo	38.028	-	38.028	-
Em 30 de setembro de 2015	<u>38.079</u>	<u>7.098</u>	<u>45.177</u>	<u>165.715</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Ajustes de avaliação patrimonial			Ajustes acumulados de conversão
	Valor justo de aplicações financeiras disponíveis para venda	Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego	Total	
Em 31 de dezembro de 2013	5	5.423	5.428	38.076
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, incluindo os efeitos de variação cambial dos instrumentos de <i>hedge</i> de investimentos	-	-	-	(18.351)
Variação de valor justo	10	-	10	-
Em 30 de setembro de 2014	15	5.423	5.438	19.725

g. Dividendos

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 389.164 (R\$ 0,71 – setenta e um centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2015, pagos a partir de 13 de março de 2015, tendo sido ratificados em Assembleia Geral Ordinária de 15 de abril de 2015. Em 5 de agosto de 2015, o Conselho de Administração deliberou antecipação dos dividendos de 2015, no montante de R\$ 436.842 (R\$ 0,80 – oitenta centavos de Real por ação), pagos a partir de 21 de agosto de 2015.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

21 Informações por segmento

A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e, a partir de 31 de janeiro de 2014, drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e alcoóis graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para granéis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. Os segmentos apresentados nas informações trimestrais são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	30/09/2015	30/09/2014
Receita líquida de vendas e serviços:		
Ultragaz	3.373.158	3.035.665
Ipiranga	47.503.122	43.341.152
Oxiten	2.996.220	2.525.639
Ultracargo	242.846	262.953
Extrafarma	997.806	782.841 ⁽¹⁾
Outros ⁽²⁾	32.611	29.887
Vendas entre segmentos	(70.596)	(64.110)
Total	<u>55.075.167</u>	<u>49.914.027</u>
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	2.327	1.400
Ipiranga	-	998
Oxiten	1.713	1.253
Ultracargo	33.945	30.756
Extrafarma	-	-
Outros ⁽²⁾	32.611	29.703
Total	<u>70.596</u>	<u>64.110</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:

Ultragaz	3.370.831	3.034.265
Ipiranga	47.503.122	43.340.154
Oxiteno	2.994.507	2.524.386
Ultracargo	208.901	232.197
Extrafarma	997.806	782.841 ⁽¹⁾
Outros ⁽²⁾	-	184
Total	55.075.167	49.914.027

Lucro (prejuízo) operacional:

Ultragaz	142.749	121.725
Ipiranga	1.448.784	1.185.417
Oxiteno	448.411	201.539
Ultracargo	(18.466)	91.646
Extrafarma	3.487	17.641 ⁽¹⁾
Outros ⁽²⁾	25.250	(16.288)
Total	2.050.215	1.601.680

Equivalência patrimonial:

Ultragaz	(38)	-
Ipiranga	(16.042)	(11.117)
Oxiteno	1.750	613
Ultracargo	654	478
Outros ⁽²⁾	8.444	(794)
Total	(5.232)	(10.820)

Receitas financeiras

Despesas financeiras

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

309.467	263.996
(851.012)	(584.739)
1.503.438	1.270.117

	30/09/2015	30/09/2014
Adições ao imobilizado e intangível:		
Ultragaz	197.238	177.313
Ipiranga	560.464	485.633
Oxiteno	91.044	85.855
Ultracargo	10.460	19.919
Extrafarma	49.351	21.568 ⁽¹⁾
Outros ⁽²⁾	20.463	21.144
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 12 e 13)	929.020	811.432
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 18)	(520)	(512)
Juros capitalizados	(19.678)	(5.117)
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	908.822	805.803

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	30/09/2015	30/09/2014
Depreciação e amortização no resultado:		
Ultragaz	105.693	102.027
Ipiranga	450.516	390.294
Oxitenó	109.503	103.765
Ultracargo	31.182	36.970
Extrafarma	16.522	8.825 ⁽¹⁾
Outros ⁽²⁾	18.031	9.585
Total	<u>731.447</u>	<u>651.466</u>
	30/09/2015	31/12/2014
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	2.699.143	2.701.673
Ipiranga	10.259.907	9.138.758
Oxitenó	4.718.902	4.229.501
Ultracargo	1.278.081	1.382.969
Extrafarma	644.975	602.409
Outros ⁽²⁾	1.259.055	1.425.072
Total	<u>20.860.063</u>	<u>19.480.382</u>

⁽¹⁾ Informações referentes ao período de 1 de fevereiro a 30 de setembro de 2014.

⁽²⁾ A linha “Outros” é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) e Imaven Imóveis Ltda.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Informações relativas à área geográfica

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiteno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	30/09/2015⁽¹⁾	31/12/2014
Estados Unidos	205.705	137.470
México	146.966	107.554
Uruguai	79.861	55.855
Venezuela	36.136	18.763

⁽¹⁾ O aumento do imobilizado e intangível em 30 de setembro de 2015 se deve substancialmente à desvalorização do Real frente às moedas funcionais das controladas sediadas no exterior utilizada na conversão das informações.

A Sociedade gera receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México, no Uruguai e na Venezuela bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	30/09/2015	30/09/2014
Receita líquida das vendas:		
Brasil	54.123.654	49.235.713
México	148.344	102.546
Venezuela	107.382	36.726
Outros países da América Latina	328.964	272.456
Estados Unidos e Canadá	131.688	114.452
Extremo Oriente	124.022	40.927
Europa	68.208	61.618
Outros	42.905	49.589
Total	<u>55.075.167</u>	<u>49.914.027</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

22 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade e suas controladas se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiteno.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

Ativos e passivos em moeda estrangeira

em milhões de Reais	30/09/2015	31/12/2014
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	987,9	594,9
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda	257,8	190,3
Investimentos líquidos em controladas no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	690,0	507,3
	<u>1.935,7</u>	<u>1.292,5</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira	(3.506,1)	(1.867,2)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(66,2)	(70,6)
	<u>(3.572,3)</u>	<u>(1.937,8)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>1.982,2</u>	<u>783,3</u>
Posição líquida ativa – total	<u>345,6</u>	<u>138,0</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A tabela abaixo demonstra o efeito da variação cambial nos diferentes cenários, com base na posição líquida ativa de R\$ 345,6 milhões em moeda estrangeira:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> 10%	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	(21,7)	(54,3)	(108,6)
(2) Efeito no patrimônio líquido		56,3	140,7	281,4
(1) + (2)		<u>34,6</u>	<u>86,4</u>	<u>172,8</u>
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	21,7	54,3	108,6
(4) Efeito no patrimônio líquido		(56,3)	(140,7)	(281,4)
(3) + (4)		<u>(34,6)</u>	<u>(86,4)</u>	<u>(172,8)</u>

O ganho (perda) reconhecido diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão decorre das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.r e 20.f – ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira).

Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, BNDES e outros órgãos de fomento, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 14.

A Sociedade não gerencia ativamente os riscos associados a alterações no patamar das taxas de juros, procurando manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes. Em 30 de setembro de 2015 a Sociedade e suas controladas possuíam instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros vinculados a empréstimos nacionais, trocando os juros de certas dívidas pré-fixadas para taxa flutuante (CDI).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

em milhões de Reais	Nota explicativa	30/09/2015	31/12/2014
CDI			
Equivalentes de caixa	4	2.013,8	2.690,6
Aplicações financeiras	4	643,4	902,7
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI	22	301,9	114,2
Financiamentos e debêntures	14	(5.449,0)	(5.157,9)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	22	(1.855,7)	(749,6)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxas de juros pré-fixada para CDI	22	(27,8)	(486,1)
Posição líquida passiva em CDI		<u>(4.373,4)</u>	<u>(2.686,1)</u>
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	14	(447,8)	(540,5)
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(447,8)</u>	<u>(540,5)</u>
LIBOR			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	22	1.308,2	761,8
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	14	(1.380,3)	(814,3)
Posição líquida passiva em LIBOR		<u>(72,1)</u>	<u>(52,5)</u>
TIE			
Empréstimos e financiamentos – TIE	14	(28,3)	(32,3)
Posição líquida passiva em TIE		<u>(28,3)</u>	<u>(32,3)</u>
SELIC			
Empréstimos e financiamentos – SELIC	14	(19,2)	-
Posição líquida passiva em SELIC		<u>(19,2)</u>	<u>-</u>
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		<u>(4.940,8)</u>	<u>(3.311,4)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

A tabela abaixo demonstra a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro em 30 de setembro de 2015, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> 10%	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	38,5	77,0	141,2
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	1,3	3,4	6,7
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(74,7)	(155,2)	(289,5)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(13,0)	(32,6)	(65,2)
Despesa incremental		<u>(47,9)</u>	<u>(107,4)</u>	<u>(206,8)</u>
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(2,2)	(5,4)	(10,9)
Despesa incremental		<u>(2,2)</u>	<u>(5,4)</u>	<u>(10,9)</u>
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	0,2	0,5	1,0
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(0,2)	(0,6)	(1,1)
Despesa incremental		<u>-</u>	<u>(0,1)</u>	<u>(0,1)</u>
Efeito nos juros da dívida em TIEE	Elevação TIEE	(0,1)	(0,3)	(0,5)
Despesa incremental		<u>(0,1)</u>	<u>(0,3)</u>	<u>(0,5)</u>
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,1)	(0,2)	(0,3)
Despesa incremental		<u>(0,1)</u>	<u>(0,2)</u>	<u>(0,3)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção e contas a receber.

Risco de crédito de instituições financeiras - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de governos - A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de clientes - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

A Sociedade manteve as seguintes provisões para perdas nas contas a receber:

	30/09/2015	31/12/2014
Ipiranga	152.090	136.104
Ultragaz	23.715	24.140
Oxiteno	13.015	4.522
Extrafarma	7.970	11.067
Ultracargo	2.971	2.611
Total	<u>199.761</u>	<u>178.444</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “*joint ventures*”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro suficiente para atender a suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 2.613,9 milhões. Adicionalmente, o plano de investimentos para 2015 totaliza R\$ 1.418 milhões, tendo sido realizados até 30 de setembro de 2015 R\$ 830 milhões. Em 30 de setembro de 2015, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 3.682,2 milhões em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide notas explicativas nº 4 e 14).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 30 de setembro de 2015 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos em 30 de setembro de 2015 no balanço patrimonial.

Passivos financeiros	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	em milhões de Reais	
					Mais de 5 anos	
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos ⁽¹⁾⁽²⁾	12.100,0	2.613,9	6.302,8	3.109,9		73,4
Instrumentos de proteção ⁽³⁾	404,0	187,1	216,9	-		-
Fornecedores	948,4	948,4	-	-		-

⁽¹⁾ Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utilizamos algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 13,2%, (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 4,04 em 2015, R\$ 4,28 em 2016, R\$ 4,67 em 2017, R\$ 5,17 em 2018 e R\$ 5,73 em 2019, (iii) TJLP de 6,5% e (iv) IGP-M de 8,5% em 2015, 7,1% em 2016, 6,1% em 2017, 6,4% em 2018 e 6,4% em 2019 (fonte: BM&FBOVESPA, Boletim Focus e instituições financeiras).

⁽²⁾ Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

⁽³⁾ Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e na curva futura do contrato DI x Pré, cotados na BM&FBOVESPA em 30 de setembro de 2015, e na curva futura de LIBOR (ICE – *IntercontinentalExchange*) em 30 de setembro de 2015. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 14). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção “Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança” desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

Contraparte	Vencimento	Valor de referência (nacional) ¹		Valor justo		Valor a receber	Valor a pagar
		30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	
				R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
Instrumentos de proteção							
a – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos							
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	Bradesco, BTMU, Citibank, Itaú, JP Morgan, Santander	out/2015 a nov/2018	US\$ 350,0 US\$ 251,3 US\$ (601,3)	US\$ 290,0 US\$ 50,6 US\$ (340,6)	1.308,2 970,5 (1.855,7)	761,8 136,6 (749,1)	1.308,2 970,5 -
Passivo em taxa de juros CDI	Scotiabank						1.855,7
Resultado acumulado				423,0	149,3	2.278,7	1.855,7
b.1 e b.2 – Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM							
Ativo em taxa de juros CDI	Bradesco, Citibank, Itaú, Santander	out/2015 a dez/2015	US\$ 74,3 US\$ (74,3)	US\$ 42,9 US\$ (42,9)	301,9 (296,5)	114,2 (115,6)	301,9 -
Passivo em dólares norte-americanos (Pré)							296,5
Resultado acumulado				5,4	(1,4)	301,9	296,5
c – Swap de juros em Reais							
Ativo em taxa de juros pré-fixada		mar/2016 a ago/2016	R\$ 27,5 R\$ (27,5)	R\$ 327,5 R\$ (327,5)	27,1 (27,8)	532,0 (486,1)	27,1 -
Passivo em taxa de juros CDI	Itaú						27,8
Resultado acumulado				(0,7)	45,9	27,1	27,8
d – Swaps cambiais ativos em euros							
Ativos em euro (Pré)			-	€0,2	-	0,5	-
Passivo em taxa de juros CDI			-	€(0,2)	-	(0,5)	-
Resultado acumulado			-	-	-	-	-
Resultado acumulado total bruto					427,7	193,8	2.607,7
Imposto de renda					(102,7)	(36,7)	(102,7)
Resultado acumulado total líquido					325,0	157,1	2.505,0
Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4)					378,9	164,5	
Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 14)					(53,9)	(7,4)	

¹ Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 30 de setembro de 2015, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

a - Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é (i) compensar o efeito da variação cambial de dívidas ou compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI e (ii) transformar uma aplicação financeira indexada ao CDI dada em garantia de empréstimo em dólar, em aplicação financeira indexada ao dólar. Em 30 de setembro de 2015, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US\$ 601,3 milhões de principal com posição passiva, na média a 99,6% do CDI, sendo US\$ 251,3 milhões, com posição ativa a US\$ + 1,82% a.a. e US\$ 350,0 milhões com posição ativa a US\$ + LIBOR + 0,76% a.a.

b.1 - Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar, no prazo do ciclo operacional, a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 30 de setembro de 2015, estes contratos de *swap* totalizavam US\$ 10,3 milhões e tinham na média uma posição ativa a 79,0% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

b.2 - Proteção à exposição cambial dos investimentos líquidos em entidades no exterior – O objetivo destes contratos é minimizar o efeito da variação cambial dos investimentos em controladas no exterior realizados em moeda funcional diferente da Sociedade, transformando-os em investimentos em Reais. Em 30 de setembro de 2015, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US\$ 64,0 milhões de principal com posição ativa a 90,5% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

c - Proteção à taxa de juros fixa em empréstimo nacional – O objetivo destes contratos é transformar a taxa de juros de empréstimos contratados em Reais de fixa para flutuante. Em 30 de setembro de 2015 estes contratos de *swap* totalizavam R\$ 27,5 milhões de valor *nocional*, correspondente ao valor do principal das dívidas objeto e, na média, tinham uma posição ativa em 8,0% a.a. e passiva a 88,8% do CDI.

d - Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira – O objetivo destes contratos é compensar o efeito da variação cambial de dívidas ou compromissos firmes em euro, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI. Em 30 de setembro de 2015, a Sociedade e suas controladas não possuíam contratos em aberto.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Contabilidade de proteção (hedge accounting)

A Sociedade e suas controladas verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a eficácia de seus instrumentos financeiros derivativos, bem como suas alterações de valor justo. A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Em 30 de setembro de 2015, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo totalizavam US\$ 440,0 milhões de valor *nocional*, sendo reconhecida no resultado em 30 de setembro de 2015, uma receita de R\$ 260,0 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma receita de R\$ 91,0 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 426,2 milhões referente a resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 101,9% do CDI (vide nota explicativa nº 14.c.1).

Em 30 de setembro de 2015, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de fluxo de caixa totalizavam US\$ 70,4 milhões, sendo reconhecida no resultado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 uma receita de R\$ 145,8 milhões.

Em 30 de setembro de 2015, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior totalizavam US\$ 64,0 milhões de valor *nocional* referentes a parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, sendo reconhecida no resultado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 uma despesa de R\$ 47,4 milhões. Os efeitos da variação cambial do investimento e do instrumento de proteção se compensaram no patrimônio líquido.

Em 30 de setembro de 2015, os instrumentos de proteção de taxa de juros totalizavam R\$ 27,5 milhões de valor *nocional* referentes ao principal dos empréstimos pré-fixados em Reais, sendo reconhecida no resultado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 uma receita de R\$ 1,9 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma despesa de R\$ 0,5 milhão referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 24,5 milhões referente a apropriação de juros da dívida, transformando o custo médio efetivo das operações em 88,8% do CDI.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo resumizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e a demonstração de resultado nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014 da Sociedade e suas controladas:

	R\$ milhões	
	30/09/2015	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(106,9)	30,6
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(1,1)	(47,4)
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	1,4	-
Total	<u>(106,6)</u>	<u>(16,8)</u>

	R\$ milhões	
	30/09/2014	31/12/2014
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(31,9)	-
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	6,8	(7,3)
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	11,3	-
Total	<u>(13,8)</u>	<u>(7,3)</u>

A tabela acima: (i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes), (ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais e (iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 estão demonstrados a seguir:

Categoria	Nota explicativa	30/09/2015		31/12/2014		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	188.440	188.440	133.296	133.296
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.013.782	2.013.782	2.690.638	2.690.638
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	15.699	15.699	3.435	3.435
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	632.739	632.739	892.065	892.065
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	10.618	10.618	10.618	10.618
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	842.255	842.255	505.574	505.574
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	378.888	378.888	164.496	164.496
Total			<u>4.082.421</u>	<u>4.082.421</u>	<u>4.400.122</u>	<u>4.400.122</u>
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.641.591	1.641.591	1.132.644	1.132.644
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	5.731.787	5.641.678	4.904.248	4.878.005
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.267.346	2.241.063	2.283.852	2.281.353
Arrendamento mercantil financeiro	Mens. pelo custo amortizado	14	46.445	46.445	47.044	47.044
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	53.879	53.879	7.424	7.424
Bônus de subscrição - indenização	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.a	133.402	133.402	92.072	92.072
Total			<u>9.874.450</u>	<u>9.758.058</u>	<u>8.467.284</u>	<u>8.438.542</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Sociedade entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da LPG (vide nota explicativa nº 14.b) é utilizado o preço observado destes títulos em mercado ativo.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data das informações trimestrais.

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado, (iii) aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda, que são mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4), (iv) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 14); (v) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 14.k), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (vi) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado. As aplicações financeiras classificadas como mantidas até o vencimento estão mensuradas pelo custo amortizado. Caixa, bancos e contas a receber de clientes estão classificados como empréstimos e recebíveis. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
 (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
 (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo da Sociedade e de suas controladas em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	Categoria	Nota explicativa	30/09/2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	188.440	188.440	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.013.782	2.013.782	-	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	15.699	15.699	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	632.739	632.739	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	10.618	10.618	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	842.255	678.373	163.882	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	378.888	-	378.888	-
Total			4.082.421	3.539.651	542.770	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.641.591	-	1.641.591	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	5.641.678	1.017.776	4.623.902	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.241.063	-	2.241.063	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	14	46.445	-	46.445	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	53.879	-	53.879	-
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.a	133.402	-	133.402	-
Total			9.758.058	1.017.776	8.740.282	-

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	133.296	133.296	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.690.638	2.690.638	-	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	3.435	3.435	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	892.065	892.065	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	10.618	10.618	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	505.574	146.782	358.792	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	<u>164.496</u>	<u>-</u>	<u>164.496</u>	<u>-</u>
Total			<u><u>4.400.122</u></u>	<u><u>3.876.834</u></u>	<u><u>523.288</u></u>	<u><u>-</u></u>
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.132.644	-	1.132.644	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	4.878.005	707.281	4.170.724	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.281.353	-	2.281.353	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	14	47.044	-	47.044	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	7.424	-	7.424	-
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.a	<u>92.072</u>	<u>-</u>	<u>92.072</u>	<u>-</u>
Total			<u><u>8.438.542</u></u>	<u><u>707.281</u></u>	<u><u>7.731.261</u></u>	<u><u>-</u></u>

⁽¹⁾ Referem-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma que, se exercidos, poderão acarretar uma emissão de até 3.205.622 ações no futuro referentes aos bônus de subscrição - indenização. Os bônus são valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das informações trimestrais, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu exercício é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa 3.a) das demonstrações financeiras da Sociedade arquivadas na CVM em 25 de fevereiro de 2015.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na BM&FBOVESPA em 30 de setembro de 2015. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 5,37 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 30 de setembro de 2015, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 30 de setembro de 2015 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> <u>(Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação	497.969	1.214.508	1.931.046
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano	do dólar	(497.958)	(1.214.476)	(1.930.994)
(1)+(2)	Efeito líquido	<u>11</u>	<u>32</u>	<u>52</u>
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do	(4.176)	70.674	145.525
(4) Margem bruta da Oxiteno	dólar	<u>4.176</u>	<u>(70.674)</u>	<u>(145.525)</u>
(3)+(4)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da BM&FBOVESPA em 30 de setembro de 2015 para os vencimentos de cada swap e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Swap de taxa de juros (em Reais)				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da taxa	-	497	1.032
(2) Dívida a taxa fixa	pré-fixada	-	(497)	(1.032)
(1)+(2)	Efeito líquido	-	-	-

23 Provisões, contingências e compromissos (Consolidado)

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, e, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 30/09/2015
IRPJ e CSLL (i)	406.478	-	-	24.563	431.041
PIS e COFINS (ii)	119.237	-	-	6.645	125.882
ICMS	20.829	1.456	(1.735)	(298)	20.252
Previdenciárias	10.483	233	-	596	11.312
Cíveis (iii)	58.336	563	(739)	74	58.234
Trabalhistas (iv)	71.516	10.187	(13.613)	866	68.956
Outras	562	7	(71)	13	511
Total	687.441	12.446	(16.158)	32.459	716.188
Circulante	64.169				55.501
Não circulante	623.272				660.687

Algumas das provisões tributárias acima apresentadas possuem depósitos judiciais a elas relacionados no montante de R\$ 536.948 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 505.650 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Processos tributários

Provisões

i) Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 413.734 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 388.675 em 31 de dezembro de 2014). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e a Sociedade recorreu desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores (STJ e STF) cujo julgamento encontra-se pendente.

i) A controlada IPP possui Ação Declaratória discutindo a constitucionalidade da Lei nº 9.316/96, a qual tornou indedutível a CSLL na base de cálculo do IRPJ. Essa ação teve seu provimento negado em 1ª e 2ª instâncias, e o recurso apresentado ao STF aguarda julgamento. A controlada possui provisão de R\$ 21.503 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 20.706 em 31 de dezembro de 2014).

ii) As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Cia. Ultragaz, Tequimar, Tropical Transportes Ipiranga Ltda., Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. (“EMCA”), IPP e Extrafarma possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A Oxiteno Nordeste e a IPP efetuaram depósitos judiciais dos valores questionados, bem como constituíram a respectiva provisão no montante de R\$ 97.905 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 92.457 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Passivos contingentes

Os principais processos fiscais da controlada IPP e suas controladas que apresentam risco de perda avaliado como possível, e que com base nesta avaliação não se encontram provisionados nas informações trimestrais, referem-se ao ICMS e são relativos, principalmente, a: (a) exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS referentes a aquisições de álcool hidratado, uma vez que o produto era revendido por preço inferior ao de compra em virtude do PROÁLCOOL, programa do Governo Federal de incentivo à produção que determinava a antecipação do subsídio financeiro pelas distribuidoras aos usineiros e seu posterior ressarcimento pelo DNC (atual Agência Nacional de Petróleo – ANP), R\$ 117.249 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 116.480 em 31 de dezembro de 2014); (b) crédito alegadamente indevido, em razão da empresa ter tomado créditos de ICMS na escrita fiscal, em relação aos quais o fisco entende não ter havido comprovação de sua origem, R\$ 41.003 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 36.370 em 31 de dezembro de 2014); (c) autuações por suposta falta de recolhimento do imposto, R\$ 55.029 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 52.011 em 31 de dezembro de 2014); (d) autos de infração lavrados em Ourinhos/SP relativos a operações de devolução de empréstimo de álcool anidro efetuadas com diferimento do imposto, R\$ 37.071 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 45.256 em 31 de dezembro de 2014); (e) autuações no Estado do Rio de Janeiro exigindo o estorno de créditos de ICMS gerados nas saídas interestaduais feitas ao abrigo do artigo 33 do Convênio ICMS 66/88, o qual permitia a manutenção do crédito e que foi suspenso por liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”), R\$ 18.243 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 17.806 em 31 de dezembro de 2014); (f) glosa de créditos de ICMS tomados na escrituração de notas fiscais consideradas inidôneas, embora o entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ seja no sentido de que é possível a tomada de crédito pelo adquirente mesmo que haja vício no documento do vendedor, desde que reste comprovado que a operação de fato tenha ocorrido, R\$ 30.417 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 28.811 em 31 de dezembro de 2014); (g) autuações decorrentes de sobra ou falta de estoque, ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto, nas quais a fiscalização entende haver entrada ou saída sem a correspondente emissão de nota fiscal, R\$ 72.366 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 60.412 em 31 de dezembro de 2014); (h) autos de infração referentes à glosa de créditos de ICMS legitimamente apropriados pela empresa, lavrados em razão de supostamente não terem sido atendidas todas as formalidades previstas na legislação vigente, R\$ 43.043 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 40.224 em 31 de dezembro de 2014); (i) autuações decorrentes da utilização de crédito de ICMS relativo às entradas de etanol supostamente em desacordo com a legislação, oriundas de Estados que concederam benefício fiscal sem convênio a produtores de álcool, R\$ 45.909 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 36.396 em 31 de dezembro de 2014); (j) autuações que contemplam diversas hipóteses de descumprimento de obrigações acessórias, dentre elas suposta falta de emissão de documento fiscal, suposta falta de entrega ou entrega com incorreções de relatórios informativos ao fisco, erro no preenchimento de DANFE - Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, dentre outros, R\$ 10.474 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 8.173 em 31 de dezembro de 2014); e (k) auto de infração lavrado por falta de recolhimento de ICMS nas aquisições de óleo lubrificante básico, cujo recolhimento era diferido para o momento da realização da operação subsequente de saída industrializada, relativamente às operações interestaduais (abrangidas pela não incidência constitucional – art. 155, X, ‘b’ da Constituição Federal), R\$ 12.269 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 11.579 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada IPP possui autos de infração relativos à não-homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante não provisionado da contingência classificada como perda possível, atualizado até 30 de setembro de 2015, é de R\$ 147.022 (R\$ 140.566 em 31 de dezembro de 2014).

A controlada Extrafarma foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Pará, principalmente pelo fundamento de que teria deixado de recolher o ICMS antecipado especial relativo às operações estaduais de aquisição de mercadoria. O montante envolvido é de R\$ 51.656, não provisionado, com probabilidade de perda avaliada como possível. Tal autuação está sendo defendida pelos antigos acionistas da Extrafarma e, em caso de perda, será indenizada pelo bônus de subscrição – indenização (vide nota explicativa nº 3.a).

Ativos contingentes

A Sociedade e suas controladas possuem sentenças favoráveis para recolherem as contribuições ao PIS e à COFINS sem as alterações introduzidas pela Lei nº 9.718/98 em sua versão original. O questionamento em curso refere-se à incidência dessas contribuições sobre outras receitas, além do faturamento. Em 2005, o STF julgou a questão favoravelmente aos contribuintes; muito embora seja um precedente, o efeito dessa decisão não se aplica automaticamente a todas as empresas, já que estas devem aguardar o julgamento de suas próprias ações judiciais. A Sociedade possui controladas cujas ações ainda não foram julgadas, e caso todas as ações judiciais ainda em aberto venham a transitar em julgado favoravelmente às controladas, a Sociedade estima que o efeito total positivo no resultado, antes do imposto de renda e da contribuição social, deva atingir R\$ 36.568, já deduzidos os honorários advocatícios.

c. Processos cíveis, ambientais e regulatórios

Provisões

iii) A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 58.234 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 58.336 em 31 de dezembro de 2014).

Passivos contingentes

A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa de R\$ 23.104. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. Baseada nos elementos acima e na opinião de seus assessores jurídicos, a administração da controlada não registrou provisão para esta contingência.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em decorrência do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no terminal de Santos da controlada Tequimar, a CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo imputou multa de R\$ 22.500, em razão dos alegados impactos ambientais e urbanos ocasionados pelo incidente. Diante da autuação, foi apresentada a respectiva impugnação ainda na esfera de primeira instância, junto ao órgão ambiental, na qual foram arguidos, entre outros aspectos, a inaplicabilidade de legislação federal, visto a existência de legislação estadual que regula a matéria, o que pode ensejar na redução da multa aplicada. Foi também alegada a ausência de conduta ilícita por parte do Tequimar. O departamento jurídico da Sociedade avalia a probabilidade de perda desta causa como possível. Para maiores informações vide nota explicativa nº 31.

d. Processos trabalhistas

Provisões

iv) A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 68.956 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 71.516 em 31 de dezembro de 2014) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

Passivos contingentes

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados das controladas situadas no Pólo Petroquímico de Camaçari, Oxitenos Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento da ação coletiva de natureza declaratória pelo Sindicato Patronal (SINPEQ), contra o Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável às controladas Oxitenos Nordeste e EMCA e a ação coletiva permanece aguardando julgamento no STF. Em 2010 algumas empresas firmaram acordo com o Sindiquímica e notificaram o fato na ação coletiva em trâmite no STF. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou ações de cumprimento em face de todas as empresas que não celebraram acordo, entre elas a Oxitenos Nordeste e a EMCA. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, e do desfecho favorável nas ações individuais, a administração das controladas não julgou necessário constituir provisão em 30 de setembro de 2015.

A Sociedade e suas controladas possuem outros processos administrativos e judiciais em andamento, individualmente de menor relevância, de natureza tributária, cível, ambiental, regulatória e trabalhista, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco possível e/ou remoto (processos com chances de perda de 50% ou menos), e cujas eventuais perdas potenciais não foram provisionadas pela Sociedade e suas controladas, com base nesses pareceres. A Sociedade e suas controladas também possuem contenciosos judiciais que visam a recuperação de impostos e contribuições, que não foram registrados nas informações trimestrais em razão de sua natureza contingente.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Contratos

A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	100.000	2016
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 30 de setembro de 2015, essas tarifas eram de R\$ 6,99 e R\$ 2,90 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece limite mínimo de consumo trimestral de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra prevê em 2015 um consumo anual mínimo de 190 mil toneladas e máximo de 205 mil toneladas e a partir de 2016 um consumo anual mínimo de 205 mil toneladas e máximo de 220 mil toneladas. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 30 de setembro de 2015 e de 2014, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa de 40% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A controlada tem cumprido os limites mínimos de compra do contrato.

	Compromisso de compra mínima (*)		Demanda acumulada (real)	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Em toneladas de eteno	<u>132.229</u>	<u>151.723</u>	<u>143.971</u>	<u>151.871</u>

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem S.A. durante os períodos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada Oxiteno S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiteno tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 22.050 toneladas de eteno semestrais. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 30 de setembro de 2015 e de 2014, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. Em caso de descumprimento, a controlada obriga-se a pagar multa de 30% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Em acordo com a Braskem S.A., no 1º semestre de 2015 foi considerado o volume de eteno adquirido conjuntamente pela Oxiteno S.A e Oxiteno Nordeste para fins de compromisso mínimo de compra. Desta forma, a controlada cumpriu os limites mínimos de compra do contrato.

	Compromisso de compra		Demanda acumulada (real)	
	mínima (*)			
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Em toneladas de eteno	<u>31.128</u>	<u>30.330</u>	<u>30.343</u>	<u>30.679</u>

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem S.A. durante os períodos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Cobertura de seguros em controladas

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco da perda máxima possível de determinados locais, são assim demonstrados:

	Valor máximo indenizável (*)
Oxitenó	US\$ 1.104
Ipiranga	R\$ 769
Ultracargo	R\$ 550
Ultragaz	R\$ 300
Extrafarma	R\$ 100

(*) em milhões. Conforme condições das apólices.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores executivos da Ultrapar e de suas controladas (“Segurados”) no valor total de US\$ 50 milhões, que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Contratos de arrendamento mercantil operacional

As controladas Cia. Ultragaz, Tequimar, Serma e Oxiteno S.A. mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 e 45 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. As controladas Cia. Ultragaz e Bahiana possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos veículos utilizados nas suas frotas. Esses contratos têm prazos de 24 a 60 meses e não existe a opção de compra desses veículos. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
30 de setembro de 2015	22.448	33.613	-	56.061

As controladas IPP, Extrafarma e Cia. Ultragaz mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos imóveis dos postos de serviços, farmácias e pontos de venda, respectivamente. Os desembolsos e recebimentos futuros (contraprestações), decorrentes desses contratos, totalizam aproximadamente:

		<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
30 de setembro de 2015	a pagar	89.984	257.214	138.665	485.863
	a receber	(49.793)	(154.534)	(88.678)	(293.005)

O total de arrendamento mercantil operacional, reconhecido como despesa (líquido da receita) no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, foi R\$ 74.167 (R\$ 53.062 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

24 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar

Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar (“Ultraprev”). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, a Sociedade e suas controladas contribuíram com R\$ 16.353 (R\$ 14.633 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do período. O total de empregados vinculados ao plano em 30 de setembro de 2015 atingiu 8.930 participantes ativos e 162 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 28 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. Benefícios pós-emprego

A Sociedade e suas controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente em 31 de dezembro de 2014, e estão reconhecidos nas informações trimestrais conforme o IAS 19 R2011 (CPC 33 R2).

	30/09/2015	31/12/2014
Plano de Assistência Médica e Odontológica	30.989	28.521
Multa FGTS	55.200	50.881
Gratificação	27.221	25.288
Seguro de vida	16.363	15.101
	<u>129.773</u>	<u>119.791</u>
Total		
	<u>129.773</u>	<u>119.791</u>
Circulante	8.963	11.419
Não circulante	120.810	108.372

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***25 Receita de vendas e de serviços prestados (Consolidado)**

	30/09/2015	30/09/2014
Receita de vendas bruta	56.373.339	50.892.617
Receita de serviços prestados bruta	416.918	431.077
Impostos sobre vendas	(1.457.395)	(1.184.915)
Devoluções e abatimentos	(256.692)	(227.636)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 19)	(1.003)	2.884
	<u>55.075.167</u>	<u>49.914.027</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u>55.075.167</u>	<u>49.914.027</u>

26 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	30/09/2015	30/09/2014
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	49.456.049	45.220.128
Gastos com pessoal	1.404.009	1.182.626
Fretes e armazenagens	827.657	748.337
Depreciação e amortização	731.447	651.466
Propaganda e marketing	131.954	160.664
Serviços prestados por terceiros	170.923	148.058
Aluguel de imóveis e equipamentos	104.100	86.953
Outras despesas	243.708	191.757
	<u>53.069.847</u>	<u>48.389.989</u>
Total	<u>53.069.847</u>	<u>48.389.989</u>
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	50.299.900	45.972.139
Despesas com vendas e comerciais	1.834.548	1.584.329
Despesas gerais e administrativas	935.399	833.521
	<u>53.069.847</u>	<u>48.389.989</u>
Total	<u>53.069.847</u>	<u>48.389.989</u>

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 29.218 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 (R\$ 27.462 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

27 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)

	30/09/2015	30/09/2014
Parceria comercial	27.929	23.294
Merchandising	27.671	25.643
Programa de fidelidade	12.363	4.517
Ajuste de capital de giro e dívida líquida – aquisição Extrafarma (vide nota explicativa nº 3.a)	13.784	-
Sinistro Ultracargo – incêndio em Santos (vide nota explicativa nº 31)	(85.682)	-
Indenização uso indevido de marca Ultratecno	16.000	-
Outros	<u>3.599</u>	<u>8.994</u>
Outros resultados operacionais, líquidos	<u><u>15.664</u></u>	<u><u>62.448</u></u>

28 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 o resultado foi um ganho de R\$ 29.231 (ganho de R\$ 15.194 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014) representado principalmente pelo resultado da venda de ativo imobilizado.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***29 Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	135.670	95.477	247.370	213.842
Juros de clientes	-	-	59.190	47.113
Outras receitas	7	4	2.907	3.041
	<u>135.677</u>	<u>95.481</u>	<u>309.467</u>	<u>263.996</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	(4)	-	(466.254)	(379.516)
Juros sobre debêntures	(84.130)	(71.070)	(226.434)	(186.075)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(3.384)	(5.209)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	296	2.474	(29.452)	(14.992)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	-	(74.009)	891
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 3.a)	(41.939)	1.383	(41.939)	1.383
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	(15)	(13)	(9.540)	(1.221)
	<u>(125.792)</u>	<u>(67.226)</u>	<u>(851.012)</u>	<u>(584.739)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>9.885</u>	<u>28.255</u>	<u>(541.545)</u>	<u>(320.743)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

30 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui bônus de subscrição e plano de remuneração em ações, conforme mencionados nas notas explicativas nº 3.a) e 8.c), respectivamente.

Lucro básico por ação	30/09/2015	30/09/2014
Lucro líquido da Sociedade	<u>1.009.316</u>	<u>872.169</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	544.523	545.255
Lucro básico por ação - R\$	<u>1,8536</u>	<u>1,5996</u>
Lucro diluído por ação	30/09/2015	30/09/2014
Lucro líquido da Sociedade	<u>1.009.316</u>	<u>872.169</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo usufruto de ações	548.901	549.430
Lucro diluído por ação - R\$	<u>1,8388</u>	<u>1,5874</u>
Média ponderada das ações (em milhares)	30/09/2015	30/09/2014
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação:	544.523	545.255
Efeito da diluição		
Bônus de subscrição	2.178	2.091
Usufruto de ações	<u>2.200</u>	<u>2.084</u>
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação:	<u>548.901</u>	<u>549.430</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

31 Ultracargo - incêndio em Santos

Em 2 de abril de 2015, uma parte das instalações de armazenamento operadas pela Ultracargo em Santos, no Estado de São Paulo, sofreu um incêndio de nove dias que se espalhou em seis tanques de etanol e gasolina. Os seis tanques representavam 4% da capacidade total da Ultracargo no Brasil em 31 de dezembro de 2014. Não houve vítimas e a causa do acidente e seus impactos ainda estão sendo investigados, incluindo a extensão das perdas operacionais, danos aos ativos, potenciais danos ambientais e outros passivos e danos à sua reputação. A Sociedade mantém apólices de seguro para cobrir determinados riscos que suas controladas estão expostas (vide nota explicativa nº 23.f).

Em 9 de abril de 2015, a Prefeitura Municipal de Santos suspendeu as atividades da Ultracargo naquela cidade. As operações da Ultracargo em Santos compreendem duas áreas separadas. Em 27 de abril de 2015 foi publicada no Diário Oficial de Santos, autorização dada pela Prefeitura Municipal de Santos para a Ultracargo retomar as atividades na área não afetada pelo acidente. As operações ainda suspensas correspondem a 185 mil metros cúbicos de capacidade, ou 22,5% da capacidade total da Ultracargo no Brasil.

Peritos do Instituto de Criminalística continuam trabalhando na investigação para apurar as causas do incidente. A Ultracargo obteve as autorizações necessárias para a realização da 1ª fase do processo de descomissionamento da área atingida, que consiste na remoção, transferência e destinação de produtos e resíduos. Isso possibilitará, na sequência, a realização da 2ª fase dos trabalhos, com a retirada dos equipamentos e estruturas da parte do terminal atingida pelo incêndio, visando a retomada das operações no restante da área atualmente indisponível. A 1ª fase teve início em julho e está em curso.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Ultrapar Participações S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ultrapar Participações S.A. ("Sociedade"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 4 de novembro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edimar Facco
Contador
CRC nº 1 SP 138635/O-2